



**QUINTINO SEMEDO
CABRAL**

**Grau de Implementação do PNCP nos Municípios de
Cabo Verde**



**QUINTINO SEMEDO
CABRAL**

**Grau de Implementação do PNCP nos Municípios de
Cabo Verde**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em Contabilidade e Administração Pública, realizada sob a orientação científica da Professora Elda Maria da Costa e Melo Guimarães e da Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira

O júri

Presidente

Prof. Doutor Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz
Professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
da Universidade de Aveiro

Vogal Arguente principal

Prof.^a Doutora Catarina Judite Morais Delgado
Professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Vogal orientador

Prof.^a Elda Maria da Costa e Melo Guimarães
Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Início os meus agradecimentos por Deus, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta.

Aos meus pais, Camilo e Arcângela, meu infinito agradecimento, obrigada pelo amor incondicional!

A minha querida namorada, Elisabete e à minha filha Raissa, por serem tão importantes na minha vida.

À minha Professora Coorientadora Doutora Augusta dos Santos Ferreira, à minha orientadora Elda Guimarães, e ao Professor Doutor Carlos Santos pelo apoio incondicional na elaboração da dissertação, e também por não ter permitido que eu interrompesse o processo e pela confiança. Como exemplo profissional, gostaria de “crescer profissionalmente” seguindo o vosso exemplo.

Palavras-chave

Contabilidade Pública, Normas da Contabilidade Pública, Demonstração Financeira, Princípios Contabilísticos, Critérios de Valorimetria.

Resumo

O objetivo do estudo é avaliar o grau de implementação do PNCP nos 22 Municípios de Cabo Verde. Em relação à metodologia utilizada, esta pesquisa é classificada como estudo misto abordando a teoria e prática. O procedimento técnico é a pesquisa bibliográfica e prática aplicação do questionário enviada através do Gamil e acompanhamento telefónico. O resultado alcançado com base nos questionários enviados e acompanhamento por telefone, leva-nos a tirar conclusão de que o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde é razoavelmente satisfatório.

Keywords

Public Accounting, Standards Public Accounting, Financial Statement, Accounting Principles, Valuation Criteria.

Abstract

The objective of the study is to assess the degree of implementation of the PNCP in the 22 Cabo Verde Municipalities. Regarding methodology, this research is classified as mixed study addressing the theory and practice. The technical procedure followed consisted in bibliographic research and practical application of an questionnaire, sent by Gamil and reinforced by telephone follow-up. The present study concludes that the degree of implementation of PNCP in Cabo Verde municipalities is fairly satisfactory.

ÍNDICE

ÍNDICE	1
ÍNDICE DE FIGURAS	1
LISTA DE SIGLAS.....	1
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
2.1 Caraterização de Cabo Verde.....	3
2.2 Caraterização dos Municípios	4
2.2.1 Enquadramento Geográfico, Demográfico e Socioeconómico	4
2.3 A evolução histórica da contabilidade Pública em Cabo Verde	7
3 PLANO NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA	9
3.1 Enquadramento Conceptual.....	10
3.1.1 Caraterísticas qualitativas das informações financeiras	10
3.1.2 Princípios Contabilísticos	12
3.1.3 Critérios de valorimetria	13
3.2 Estrutura Técnica.....	15
3.2.1 Estrutura Global da Classe das Contas	15
3.2.2 Demonstrações Financeiras	16
4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA	21
4.1 Problema e Questões de Investigação	21
4.2 Metodologia de Investigação.....	22
4.2.1 Recolha de dados	22
4.3 Delimitação e desenho da investigação	23
4.3.1 População e amostra	23
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
5.1 Apresentação e análise dos resultados	25
6 CONCLUSÕES	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
Anexo	42

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico nº 1 – Elaboração das demonstrações financeiras	25
Gráfico nº 2 - Informação prestada em anexo que complementa a que é dada através das DF.....	26
Gráfico nº 3 – Princípios contabilísticos utilizados na elaboração das DF.....	27
Gráfico nº 4 - Critérios valorimétricos utilizados no reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados	28
Gráfico nº 5 - Constituição, reforço e anulação de provisões para investimentos financeiros	28
Gráfico nº 6 - Critérios valorimétricos utilizados na contabilização dos ativos imobilizados, incluindo os investimentos adicionais.....	29
Gráfico nº 7 – Amortização dos elementos do imobilizado que têm uma vida útil limitada	29
Gráfico nº 8 - Disponibilização, no anexo, de informação sobre ativos imobilizados obtidos a título gratuito	30
Gráfico nº 9 - Disponibilização, no anexo, de informação sobre ativos imobilizados cujos valores de aquisição ou de produção se desconhecem.....	30
Gráfico nº 10 - Critérios de valorimetria aplicados às transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo PNCP.....	31
Gráfico nº 11 Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual	31
Gráfico nº 12 - Contabilização como ativo imobilizado das aplicações informáticas e programas de computador.....	32
Gráfico nº 13 - Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento de imobilizações do domínio público	32
Gráfico nº 14 - Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento das existências.....	33
Gráfico nº 15 - Critérios de valorimetria utilizados no caso do custo de aquisição ou de produção das existências ser superior ao preço de mercado	33
Gráfico nº 16 - Métodos de custeio das saídas aplicadas no cálculo do CMVMC	34
Gráfico nº 17 - Critérios de valorimetria aplicado nas transações em moeda estrangeira	34
Gráfico nº 18 - Constituição, reforço e anulação de provisões para cobranças duvidosas	35
Gráfico nº 19 - Critérios de valorimetria aplicados às disponibilidades.....	35
Gráfico nº 20 - Critérios de valorimetria aplicados aos títulos negociáveis	36
Gráfico nº 21 - Critérios de valorimetria utilizados quando o custo de aquisição dos títulos negociáveis é superior ao valor de mercado	36
Gráfico nº 22 - Fases da execução orçamental das despesas	37
Gráfico nº 23 - Fases da execução orçamental das receitas públicas	37
Gráfico nº 24 - Características qualitativas informação financeira	38

LISTA DE SIGLAS

NGP- Nova Gestão Pública

PNCP- Plano Nacional da Contabilidade Pública

AP- Administração Pública

SIGOF- Sistema de Informação para a Gestão Financeira

PNC- Plano Nacional da Contabilidade

FMI- Fundo Monetário Internacional

IFAC- *International Federation of Accountants*

SPA- Setor Público Administrativo

INE- Instituto Nacional de Estatística

DSRHAPCV- Direção de Serviço de Recursos Humanos da Administração Pública de Cabo Verde

CA- Carreira Administrativa

CPDC- Carreira de Pessoal Dirigente e Chefia

CPE- Carreira de Pessoal Especial

CPA- Carreira do Pessoal Administrativo

CPAx- Carreira do Pessoal Auxiliar

CPC- Carreira do Pessoal Contratado

CPD- Carreira do Pessoal Docente

CPQPF- Carreira do Pessoal Quadro Privativo das Finanças

CPEB- Carreira do Professor de Ensino Básico

CTA- Carreira Técnico-Adjunto

CTS- Carreira Técnico Superior

CTa- Carreira Técnico Administrativo

SI- Sem Informação

DF- Demonstrações Financeiras

CG- Conta de Gerência

MEO- Mapa de Execução Orçamental

MOAF- Mapa de origens e aplicações dos fundos

CE- Caracterização a entidade

DACP- Demonstração das alterações do capital próprio.

DR- Demonstração de Resultados

PR- Princípio de Registo
PP- Princípio da Prudência,
PE- Princípio de Entidade
PC- Princípio de Continuidade
P^C- Princípio de Consistência
PM- Princípio de Materialidade
PñC- Princípio de não Compensação
PSSF- Princípio de Substância Sobre a Forma
PA- Princípio do Acréscimo
PCH- Princípio do Custo Histórico
PIT- Princípio da Imputação das Transações
CA- Custo de Aquisição
CP- Custo de Produção
PM- Preço de Mercado
VAP- Valor Acordado entre as Partes
VFDAT- Valor Fixado no Diploma que Autorizou a Transferência
VCRCEO- Valor Constante nos Registos Contabilísticos da entidade de origem
OCAC- órgão competente da administração central
CE- Custo Específico
CMP- Custo Medio Ponderado
CP- Custo Padrão

1

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a contabilidade pública de Cabo Verde confrontou-se com diversas reformas, a maior e mais profunda foi iniciada, com a aprovação do Plano Nacional da Contabilidade Pública (PNCP), através do Decreto-Lei nº 29/2001, de 19 de Novembro que permitiu uma maior rigor, transparência e flexibilidade na administração e gestão dos recursos públicos.

Segundo o Decreto-Lei nº 29/2001, da República de Cabo Verde, a Contabilidade Pública constitui um dos instrumentos privilegiados das Finanças Públicas, traduzindo-se num conjunto de regras, princípios e técnicas aplicáveis à execução e controlo das operações financeiras e dos fenómenos económicos dos organismos públicos.

Para além do PNCP, a Secretaria do Estado da Administração Pública de Cabo Verde, através da publicação “**Legislação Administrativa Cabo-Verdiana: Reforma da Contabilidade Pública**” introduz também um conjunto de mecanismos de controlo interno na Administração Pública (AP), fundamentalmente nos municípios. A adoção dos princípios e regulamentos que servem como pano de fundo à gestão pública ajudam na harmonização da informação relatada, no aumento do controlo das operações e na prevenção de irregularidades, aumentando a transparência da Administração Pública.

O PNCP marcou decisivamente o processo de mudança verificado na administração pública em matéria contabilística, uma vez que constitui o suporte fundamental para toda a contabilidade pública. Impôs, igualmente, uma mudança ao nível do modelo de administração e gestão pública dos organismos públicos em geral e dos Município em particular, e constitui um instrumento essencial para a elaboração do conjunto das demonstrações financeiras que servem de base à tomada de decisão.

Para que as reformas na Administração Pública tenham o efeito esperado é necessário que os instrumentos previstos estejam implementados e, no caso particular, o PNCP. Muito embora o PNCP date de 2001, não é conhecido nenhum estudo que tenha avaliado o grau da sua implementação ao nível dos Municípios. Nesse sentido, e para ter uma perceção do tempo que as reformas demoram a

ser implementadas e das eventuais medidas que possam ter que ser tomadas, consideramos importante estudar, ao nível dos municípios, qual o estado da implementação do PNCP. Nesse sentido, colocamos o seguinte problema de investigação – **Qual o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde?**

Para responder ao problema procedemos a um estudo empírico em que utilizámos o questionário como instrumento privilegiado de recolha de dados e procedemos ao tratamento estatístico dos mesmos. O estudo aponta para níveis de implementação do PNCP diferentes consoante as áreas analisadas. Ao nível da observância do enquadramento concetual e do relato financeiro produzido pelos municípios inquiridos, o grau de implementação é razoavelmente satisfatório ou pouco satisfatório (designadamente quanto às DF emitidas). Ao nível da execução orçamental, o grau de implementação é satisfatório.

Este trabalho, para além da introdução, está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo efetuamos um enquadramento teórico relativamente à caracterização e evolução histórica da contabilidade pública em Cabo Verde.

No segundo capítulo descrevemos alguns aspetos essenciais do PNCP de Cabo Verde. Na primeira parte deste capítulo, falamos sobre o enquadramento concetual- as características qualitativas da informação financeira, os princípios que os Municípios aplicam na elaboração e apresentação do conjunto das demonstrações financeiras, bem como os critérios de valorimetria utilizados. Na segunda parte falamos sobre a estrutura técnica – estrutura global da classe das contas e DF (balanço, demonstração dos resultados, mapas de origem e aplicação de fundos, conta de gerências, mapas de execução orçamental das despesas e das receitas, anexo às demonstrações financeiras e relatório técnico).

No terceiro capítulo identificamos o problema, as questões de investigação, bem como a metodologia utilizada na investigação, mencionando-se igualmente o procedimento de recolha de dados.

No quarto capítulo procedemos à análise dos resultados sobre o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde.

Por último, reunimos algumas notas finais sobre o grau de implantação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde, bem como apresentamos as limitações do presente estudo e algumas pistas para trabalho de investigação futura.

2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Caraterização de Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago, situado no Oceano Atlântico, a cerca de 450 Km a Oeste do Senegal, na costa Ocidental Africana. “Composto por 10 principais ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia¹, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava), um comprimento de costa de aproximadamente 2.000 Km e uma superfície de 4.033 Km². Cabo Verde exerce a sua soberania, e explora economicamente, considerando a sua Zona Económica Exclusiva, uma superfície de 734.265 Km²”. (Câmara de Comércio Indústria e Turismo, 2014)

De acordo com os resultados dos Censos 2010 (dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde) , a população residente em Cabo Verde, era de 491.875 habitantes, a boa parte da sua população (39% em 2010) habitava as zonas rurais. A produção de bens alimentares é claramente insuficiente originando que, mais de 80% do consumo seja satisfeito através de importações cuja principal origem é Portugal. Quanto ao investimento, é animado pela boa perspectiva trazida pelo setor do Turismo.

Cabo Verde, após a sua independência, atravessou um período de forte centralização das atividades económicas principais (agricultura, pesca, artesanato e pecuária). De facto, de 1975 a 1991, cabia ao Estado, de cariz socialista, desenvolver quase toda a atividade comercial, industrial e serviços de importância, cabendo aos privados, poucos, o papel de agentes económicos de pequena e média dimensão.

Desde 1991, desejando contrariar a sua condição insular e a forte dependência das transferências externas, públicas ou privadas, e como forma privilegiada de desenvolvimento económico e social e estabilização dos indicadores macroeconómicos, o país aprofundou uma política de liberalizações e abertura da economia ao exterior, já iniciada em 1989, deixando o Estado de ser o principal agente económico, transferindo essa função para os investidores privados, nacionais e estrangeiros, relegando-se para um papel crescentemente promotor e regulador da atividade económica.

A partir de 1993 entram em vigor importantes instrumentos legislativos de incentivo na área económica como a simplificação de diversos procedimentos fiscais e aduaneiros com o objetivo de criar um ambiente propício ao estabelecimento de negócios.

¹ Santa Luzia é a Ilha não Habitada

Em 1997, o Ministério da Coordenação Económica, hoje Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, ciente da necessidade de reduzir a dependência das remessas dos emigrantes e da ajuda internacional, apontava como fatores essenciais (desmantelamento de barreiras alfandegárias à circulação de bens e serviços) para a integração de Cabo Verde, na economia mundial. A sua situação geográfica, no centro das principais rotas de navegação marítima e aérea através do Oceano Atlântico fez, desde sempre, com que o país fosse um importante centro de circulação de pessoas e mercadorias através de transportes marítimos (relações comerciais internacionais e entre ilhas) e aéreos.

Considerando a qualidade das tecnologias utilizadas e a situação geográfica central, Cabo Verde apresenta elevado potencial nos mercados regionais e internacionais para prestação de serviços de Teleporto flexíveis e competitivos. Nos Serviços Financeiros, podem encontrar-se estruturas empresariais perfeitamente identificadas com o fornecimento dos mais usuais Produtos e Serviços Bancários e Seguradores. (Câmara de Comércio Indústria e Turismo, 2014)

2.2 Caraterização dos Municípios

Para análise dos resultados à luz do grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde, traçamos primeiro uma breve caraterização dos 22 Municípios, quanto ao “Enquadramento Geográfico, Demográfico, Socioeconómico e Estrutura Organizacional” (ANMCV, 2014). Este documento tem por base o Censos 2010 na caraterização populacional, acessível no site do INE (INE, 2012).

2.2.1 Enquadramento Geográfico, Demográfico e Socioeconómico

Santo Antão é uma ilha do grupo do Barlavento de Cabo Verde, que contém três Municípios (Ribeira Grande, Paul e Porto Novo).

O Município de Ribeira Grande tem uma superfície de 164 km², representando este espaço 21% da superfície total da Ilha de Santo Antão e cerca de 22 mil habitantes. A atividade económica depende principalmente do comércio, da agricultura, da criação de gado, do turismo e da pesca.

O Município do Paul tem uma superfície de 93 km², representando este espaço 12% da superfície total da Ilha de Santo Antão e cerca de 8.771 mil habitantes. A atividade económica depende do comércio, da agricultura, da criação de gado, do turismo e da pesca.

O Município de Porto Novo tem uma superfície de 522 km², representando este espaço 67% da superfície total da ilha de Santo Antão e cerca de 17 mil habitantes. A atividade económica depende também da agricultura, da pecuária, do turismo e do comércio.

A ilha de São Vicente faz parte do Grupo Barlavento de Cabo Verde, quanto à sua divisão administrativa, é constituída por um único Município na cidade do Mindelo. O Município de Mindelo tem uma superfície de 227 km², representando este espaço 100% da superfície total de Ilha de São Vicente e cerca de 76.140 habitantes. A atividade económica depende de comércio, a pesca, a pecuária, a indústria, a hotelaria e a restauração.

São Nicolau é uma ilha do grupo do Barlavento de Cabo Verde, quanto a sua divisão administrativa, é constituída por 2 Municípios: Tarrafal e Ribeira Brava.

O Município do Tarrafal tem uma superfície de 121.5 km², representando este espaço 35% da superfície total da ilha de São Nicolau e cerca de 5.237 mil habitantes. A atividade económica depende também da agricultura, da pecuária, do turismo e do comércio.

O Município da Ribeira Grande tem uma superfície de 221.5 km², representando este espaço 65% da superfície total da ilha de São Nicolau e cerca de 7.580 mil habitantes. A atividade económica depende também da agricultura, da pecuária, do turismo e do comércio.

A ilha do Sal faz parte do Grupo Barlavento de Cabo Verde, quanto à sua divisão administrativa, é constituída por um único Município na mesma ilha. O Município do Sal tem uma superfície de 216 km², representando este espaço 100% da superfície total de Ilha e cerca de 25.481 habitantes. A atividade económica depende de comércio, o turismo, a pesca, a pecuária, a indústria, a hotelaria e a restauração.

A ilha da Boa Vista faz parte do Grupo Barlavento de Cabo Verde, quanto à sua divisão administrativa, é constituída por um único Município na cidade de Sal Rei. O Município de Sal Rei tem uma superfície de 620 km², representando este espaço 100% da superfície total de Ilha da Boa Vista e cerca de 639 habitantes. A atividade económica depende de comércio, o turismo, a pesca, a indústria, a hotelaria e a restauração.

A ilha do Maio faz parte do Grupo Sotavento de Cabo Verde, quanto à sua divisão administrativa, é constituída por um único Município na cidade de Calheta. O Município de Calheta tem uma superfície de 269 km², representando este espaço 100% da superfície total de Ilha do Maio e cerca de 6.943 habitantes. A atividade económica depende de comércio, o turismo, a pesca, a indústria, a pecuária, a agricultura e a exploração florestal.

Santiago, é uma ilha do grupo do Sotavento de Cabo Verde, quanto a sua divisão administrativa, é constituída por 9 Municípios: Tarrafal, São Miguel, Santa Catarina, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, São Domingos, Santa Cruz, Praia e Ribeira Grande de Santiago.

O Município do Tarrafal tem uma superfície de 113 km², representando este espaço 11% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 18.565 mil habitantes. A atividade económica depende da agricultura, da pecuária, do turismo e do comércio.

O Município de São Miguel tem uma superfície de 90 km², representando este espaço 9% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 15.648 mil habitantes. A atividade económica depende do comércio, turismo, indústria, artesanato, agricultura, pecuária e pesca.

O Município de Santa Catarina tem uma superfície de 274 km², representando este espaço 28% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 43.297 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária, pesca e comércio.

O Município de São Salvador do Mundo tem uma superfície de 30 km², representando este espaço 3% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 8.677 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura e pecuária.

O Município de São Lourenço dos Órgãos tem uma superfície de 112 km², representando este espaço 11% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 7.350 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária e comércio.

O Município de São Domingos tem uma superfície de 137.6 km², representando este espaço 14% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 13.686 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, Comércio, agricultura, pecuária e pesca.

O Município de Santa Cruz tem uma superfície de 149.30 km², representando este espaço 15% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 26.609 mil habitantes. A atividade económica depende da agricultura, pesca, turismo, pecuária e comércio.

O Município de cidade da Praia tem uma superfície de 510 km², representando este espaço 51% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 132.317 mil habitantes. A atividade económica depende do comércio, transportes, telecomunicações, os serviços financeiros, serviços governamentais e o turismo, sobretudo turismo de negócio e eventos.

O Município da Ribeira Grande de Santiago tem uma superfície de 164 km², representando este espaço 17% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 7.732 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária e comércio.

A Ilha do Fogo, é faz parte do grupo do Sotavento de Cabo Verde, quanto a sua divisão administrativa, é constituída por 3 Municípios: Mosteiro, Santa Catarina e São Filipe.

O Município do Mosteiro tem uma superfície de 85 km², representando este espaço 9% da superfície total da ilha de Fogo e cerca de 9.524 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária, pesca e comercio.

O Município da Santa Catarina tem uma superfície de 125 km², representando este espaço 13% da superfície total da ilha de Santiago e cerca de 5.299 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária, pesca e comercio.

O Município do São Filipe tem uma superfície de 391 km², representando este espaço 13% da superfície total da ilha de Fogo e cerca de 22.228 mil habitantes. A atividade económica depende do turismo, agricultura, pecuária, pesca e comercio.

A ilha da Brava faz parte do Grupo Sotavento de Cabo Verde, quanto à sua divisão administrativa, é constituída por um único Município. O Município da ilha da Brava tem uma superfície de 64 km², representando este espaço 100% da superfície total de Ilha da Brava e cerca de 5.995 habitantes. A atividade económica depende da agricultura, pecuária, pesca, comercio, transporte, turismo e potencialidades naturais.

2.3 A evolução histórica da contabilidade Pública em Cabo Verde

A alteração das condições, económicas e socioculturais e a expressão clara da vontade política aplaudida no programa do Governo, justificam a transição progressiva de uma gestão fechada para uma gestão aberta, transparente, rigorosa, baseada na legalidade e orientada para o cidadão.

É premente a necessidade de o Governo dispor de uma estrutura sistémica de informação na administração financeira e de indicadores de natureza financeira que lhe permitam introduzir, oportunamente, Sistema de Informação para a Gestão Financeira (SIGOF).

Assistimos, em geral, ao surgimento de novas estratégias de gestão pública, enquadradas na *New Public Managment*, que criaram necessidades acrescidas de informação contabilística. Nesse sentido,

Cabo Verde iniciou um processo de reforma da contabilidade pública (incluído no processo da reforma da administração pública) que culminou com a aprovação do PNCP, através do Decreto-Lei nº 29/2001, de 19 de Novembro.

Até esse momento, a contabilidade era unigráfica e os registos contabilísticos eram efetuados em base caixa, destinando-se ao controlo do orçamento (um dos instrumentos privilegiados das Finanças Públicas). Com o plano nacional da contabilidade pública, o registo passou a ser feito de forma digráfica e na base no acréscimo, destinando-se não só ao controlo orçamental, como também ao controlo financeiro e patrimonial.

A criação de um sistema de Contabilidade Pública contemporânea, inovadora, digráfica e informatizada, de modo a permitir uma transparência e que se preocupe com o desenvolvimento das informações à gestão e ao controlo não só na ótica orçamental como também financeira, patrimonial e de contingências torna-se uma necessidade imperativa de qualquer Estado que queira renovar o processo orçamental, modernizar a gestão pública numa procura incessante da economicidade, eficiência e eficácia e sobretudo do desenvolvimento sustentado. (Secretaria do Estado da Administração Pública, 2009, p. 22)

A Contabilidade Pública de Cabo Verde passou a considerar a execução das despesas baseada não só na ótica da legalidade formal mas também com base em critérios de economicidade, oportunidade, eficiência, eficácia e disponibilidades de tesouraria. A Contabilidade Pública passou a assentar em princípios básicos nomeadamente de entidade, continuidade e consistência com vista ao rigor, à transparência, à boa gestão e disciplina financeira e à eficácia do sistema financeiro.

Portanto, é indispensável que o sistema em que se apoia a contabilização, o processo de execução de despesas e receitas, a organização e o controle dos serviços, se encontre técnica e juridicamente bem estruturado de forma a poder responder com clareza e celeridade às exigências requeridas.

Lançaram-se, assim, as bases para a criação do SIGOF orientado pelas novas e modernas correntes da Administração Pública e sustentado nomeadamente pelo manual das finanças públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelas recomendações da International Federation of Accountants (IFAC), que abrangerá todo o Sector Público Administrativo e cujo objetivo maior é a Melhor Gestão dos Recursos Públicos, procurando-se sempre a transparência na Gestão Pública. (Secretaria do Estado da Administração Pública, 2009, p. 170)

Com o moderno Sistema de Contabilidade Pública, a consolidação das Contas Públicas será uma realidade, e tem como vantagem proporcionar uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto dos Municípios compreendidas na consolidação.

3

PLANO NACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Com o objetivo de uniformizar as práticas contabilísticas, a Secretaria do Estado e Administração Pública de Cabo Verde, veio a reformar o Plano Nacional da Contabilidade Pública (PNCP), norma única aplicável a todos os organismos da Administração Central, Local e Institutos privados sem fins lucrativos financiados em, pelo menos, 50% pelo Estado, sem prejuízo das especificidades próprias de cada organismo.

O PNCP encontra-se conforme os dispositivos legais do Plano Nacional da Contabilidade (PNC) de Cabo Verde e com recomendação da IFAC e FMI e constitui um instrumento fundamental para responder aos desafios da reforma da administração financeira do Estado. Neste contexto, “o PNCP constitui um marco fundamental na Reforma da Administração Financeira do Estado e na organização das contas públicas. É um instrumento atual e inovador nunca antes adotado em Cabo Verde” (Secretaria do Estado da Administração Pública, 2009, p. 170)

O PNCP fornece ao sistema de normalização contabilístico para o setor público cabo-verdiano um quadro conceptual de referência, bem como um instrumental técnico que permitem a conciliação entre uma abordagem teórica, essencial à formalização de conceitos, e um conjunto de regras técnicas uniformizadoras da relevação contabilística no conjunto dos municípios do território nacional. Esta uniformização é essencial à obtenção de informação financeira e orçamental consistente e comparável suscetível de ser integrada ao nível da contabilidade nacional de Cabo Verde.

Os utilizadores das informações contabilísticas contidas no conjunto das demonstrações financeiras dos Municípios de Cabo Verde são (Secretaria do Estado da Administração Pública, 2009, p. 166):

- Assembleia Nacional;
- Assembleias Municipais;
- Institutos privados sem fins lucrativos;
- Financiadores dos programas e projetos dos Municípios;
- Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde;
- Direção Geral da Contribuição dos Impostos;
- Ministério das Finanças;
- órgãos de gestão do diferente organismo público (Direção geral de orçamento e contabilidade pública, tribunal de conta, Governo etc.).

O PNCP de Cabo Verde está estruturado da seguinte forma (Decreto lei nº10/2006 de 30 de janeiro do Conselho de Ministros, 2006, p. 6)

- introdução;
- considerações técnicas;
- princípios contabilísticos;
- critérios de valorimetria;
- quadro de contas;
- código de contas;
- notas explicativas;
- contas anuais; e
- respetivo anexo.

Esta estrutura permite identificar claramente uma estrutura conceptual e uma estrutura técnica de suporte ao reconhecimento dos factos económicos pelo sistema de informação contabilístico.

3.1 Enquadramento Conceptual

O PNCP de Cabo Verde define uma estrutura conceptual para a contabilidade, indispensável a um sistema de informação gerador de relatórios de gestão e demonstrações financeiras conforme as características gerais e princípios contabilísticos das entidades públicas, bem como em observância com os critérios de valorimetria de reconhecimento de ativos, passivos, capitais próprios e resultados.

3.1.1 Caraterísticas qualitativas das informações financeiras

As caraterísticas qualitativas da informação financeira têm de ser tidas em consideração na preparação e apresentação das demonstrações financeiras, porque a sua observância permite obter uma melhor qualidade da informação financeira. Neste contexto, falamos das seguintes características (Secretaria do Estado da Administração Pública, 2009)

- Identificabilidade – as contas anuais referem-se a uma entidade com identidade jurídica autónoma e com atividades e período muito bem identificados.
- Oportunidade – a informação financeira deve ser disponibilizada aos seus utentes em tempo útil para apoiar a tomada de decisão.
- Compreensibilidade – a informação contabilística contida nas demonstrações financeiras deve ser clara, transparente e explícita, para que se possa assegurar a adequada utilização da mesma por parte dos diferentes utentes.
- Relevância – a informação deve ter uma utilidade pública, potencial ou real, para os fins prosseguidos pelos diferentes destinatários das contas anuais. Igualmente deve ser

completa, para que se possa alcançar um conhecimento necessário e suficiente dos factos que se querem relevar, pelo que se devem adicionar todos os dados pertinentes e informações complementares indispensáveis ao processo de tomada de decisão. Deve-se orientar pelos conceitos de verdade, justiça e equidade.

- Materialidade – a importância da comunicação das informações contidas nas demonstrações financeiras é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está ligada à grandeza do erro ou ao elemento julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou inexatidão.
- Razoabilidade – a informação contabilística não pode alcançar, em todos os casos, uma exatidão absoluta sobre os factos ocorridos durante a atividade e que se querem dar a conhecer, pelo que se deve prosseguir uma aproximação razoável dos mesmos.
- Economicidade – a informação contabilística é muito importante para o processo de tomada de decisão, mas ao mesmo tempo a sua obtenção implica custos. Deve-se ter em consideração o critério custo-benefício das informações contabilísticas.
- Neutralidade – A informação contida nas contas anuais deve ser elaborada com a intenção de ser absolutamente neutral e imparcial, sem julgamentos de valor, isto é, não deve ser enviesada ou distorcida de forma a beneficiar certos destinatários em detrimento de outros.
- Objetividade – a informação contida nas demonstrações financeiras deve ser elaborada de forma imparcial e neutra de acordo com os fatos.
- Verificabilidade – as informações contidas nas demonstrações financeiras devem ser matéria de controlo e revisão, tanto interno (verificabilidade depende de normas do controlo interno), como externo (informação a ser submetida à comprovação fora do sistema de processamento).

As características qualitativas têm inúmeras vantagens na preparação e apresentação do conjunto das demonstrações financeiras dos Municípios de Cabo Verde tais como:

- Fornecer informações úteis para a tomada de decisão por parte dos Municípios ao nível das atividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- Garantir aos Municípios a elaboração e apresentação do conjunto das demonstrações financeiras de forma confirmatória, clara e transparente;
- Ajudar os Municípios no cumprimento do prazo da divulgação da informação financeira aos utilizadores;
- Garantir aos utilizadores da informação financeira o conhecimento sobre os factos ocorridos nas atividades dos Municípios;

- Proporcionar aos utilizadores da informação financeira um retrato aproximadamente completo da realidade económica, livre de erros.

3.1.2 Princípios Contabilísticos

Os princípios contabilísticos são linhas orientadoras a respeitar na relevação contabilística das operações e na elaboração, na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras. Os princípios contabilísticos previstos no PNCP são:

- Princípio da Entidade - designa-se entidade contabilística pública e pessoas jurídicas públicas sem fins lucrativos com autonomia patrimonial, todas aquelas que são obrigadas a elaborar e apresentar as demonstrações financeiras de acordo com as normas do PNCP.
- Princípio da Continuidade - princípio da continuidade prevê que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras no final de exercício e até à data de autorização para emissão levam em conta a vida ilimitada.
- Princípio da Consistência - segundo este princípio as entidades públicas não alteram os seus critérios de valorimetria ou políticas contabilísticas ao longo dos exercícios. Se alterarem e a alteração tiver efeito materialmente relevante, esta deve ser divulgada no anexo às demonstrações financeiras.
- Princípios do Registo - todos os factos contabilísticos devem ser registados por ordem cronológica, sem que possam existir vazios, saltos ou lacunas na informação. O registo dos factos contabilísticos deve efetuar-se mediante os procedimentos técnicos mais adequados à organização contabilística da entidade, garantindo a coerência interna da informação.
- Princípios da Prudência - à luz deste princípio devem-se relevar os empobrecimentos prováveis futuros, mas evitar a relevação de enriquecimentos prováveis futuros. Deve ser introduzido um grau de precaução na relevação contabilística de modo que os passivos e custos não sejam subestimados e ativos e proveitos não sejam superestimados.
- Princípio do Acréscimo (ou da Especialização do Exercício ou da Efetividade das Operações) - pressupõe-se que os custos e perdas, proveitos e ganhos são reconhecidos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento do pagamento dos custos ou recebimento dos proveitos, devendo ser apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos a que dizem respeito.

- Princípio da Imputação das Transações - a imputação nos mapas de execução orçamental das operações relacionadas com os orçamentos de despesa e receita deve efetuar-se de acordo com as despesas e as receitas orçamentais, imputando-se de acordo com a sua natureza económica.
- Princípio do Custo Histórico - em geral, todos os bens e direitos, devem ser registados pelo seu custo de aquisição ou de produção. As obrigações devem ser contabilizadas pelo seu valor de reembolso. O princípio de custo histórico deve ser respeitado sempre, exceto quando a norma exige a retificação do mesmo. Nestes casos, e se a alteração tiver efeito materialmente relevante, esta derrogação deve ser divulgada no anexo às demonstrações financeiras.
- Princípios da Materialidade - regra geral devem ser divulgados todos os elementos que sejam materialmente relevantes e que possam influenciar as avaliações e a tomada de decisão dos utentes das demonstrações financeiras.
- Princípio da Substância sobre a Forma - as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância económica e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal.
- Princípios da não Compensação – estabelece que não se deverão compensar quer saldos das contas de ativo com os das contas de passivo, quer saldos das contas de custos e perdas com os de contas de proveitos e ganhos, quer, ainda, saldos de contas de despesas com os de contas de receitas orçamentais.
- Princípio da não Consignação – em termos gerais as receitas orçamentais destinam-se a financiar a totalidade das despesas orçamentais, sem que exista uma relação direta entre umas e outras. Quando a lei impõe que determinadas despesas orçamentais se financiem com receitas orçamentais específicas, que a elas ficam afetadas (consignadas), o sistema contabilístico deve refletir estas circunstâncias e permitir o seu seguimento.

3.1.3 Critérios de valorimetria

A valorimetria é o procedimento através do qual se determinam as quantias monetárias pelas quais os elementos integrantes das classes das demonstrações financeiras devem ser inicialmente registados e subsequentemente reconhecidos.

Os diferentes critérios de valorimetria adotados pelo PNCP para cada classe de ativos e passivos são os seguidamente enunciados.

Disponibilidades

As disponibilidades são inicialmente reconhecidas pelo seu valor nominal ou custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas à data de cada balanço sempre que o valor de mercado seja inferior ao registado na contabilidade e existam eventuais alterações cambiais.

De acordo, com o PNCP, no que tange a operações cambiais, uma operação em moeda estrangeira é registada inicialmente na moeda nacional multiplicando o quantitativo da moeda estrangeira pelo câmbio da data da operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade, caso em que se converte por um destes câmbios.

Terceiros

Estes ativos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente ajustados à data de cada balanço em função do respetivo risco de cobrança e de eventuais alterações cambiais.

Existências

As existências são, regra geral, valorizadas a custo de aquisição ou de produção. Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado à data do balanço de final do exercício, utiliza-se o preço de mercado. As diferenças serão reconhecidas através da provisão para depreciação de existências, a qual será utilizada, reduzida ou anulada aquando da venda da existência ou quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Como métodos de custeio das saídas de existências, o PNCP prevê o custo específico, o custo médio ponderado, o FIFO, o LIFO e o custo padrão.

Imobilizações

Os ativos imobilizados devem ser registados pelo custo de aquisição ou de produção, ou ainda, quando não for possível aplicar nenhum desses métodos, pelo valor do mercado. Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

Quando se trata de ativos do imobilizado obtido a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequam à natureza desses ativos ou o valor patrimonial definido nos termos legais. O critério de valorimetria aplicado será explicitado e justificado no anexo às demonstrações financeiras.

Na impossibilidade de valorização dos ativos, esta deverá ser identificada e justificada no anexo às DF, especificando o período a partir do qual subsiste esta impossibilidade.

No caso de inventariação inicial de ativos cujos valores de aquisição ou de produção se desconheçam ou cujos apuramentos não sejam exequíveis, deverá ser identificado no anexo.

No caso de transferência de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano de Contas, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no PNCP, salvo se existir valor diferente fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado por órgão competente. Na impossibilidade de aplicação de qualquer uma destas alternativas, deverá ser explicado no anexo.

Os elementos do ativo imobilizado que, à data do balanço de final do exercício, tiverem um valor económico inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização extraordinária correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente (seja ou não limitada a sua vida útil). Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

3.2 Estrutura Técnica

A estrutura técnica subjacente ao PNCP de Cabo Verde faculta a base instrumental de trabalho indispensável à relevação contabilística das operações por todos os organismos da Administração Pública para que o sistema de informação contabilístico destas entidades relate informação financeira normalizada.

3.2.1 Estrutura Global da Classe das Contas

O PNCP faculta uma estrutura de classes de contas próxima da já existente no PNC que, de acordo com o documento da Secretaria de Estado da Administração Pública de Cabo Verde, que temos vindo a analisar, consiste em:

- classe 0: contabilidade extrapatrimonial;
- classe 1- disponibilidades;
- classe 2 - terceiros;
- classe 3 - existências;
- classe 4 - imobilizações;
- classe 5 - situação líquida e dívida pública;

- classe 6 - custos e perdas;
- classe 7 - proveitos e ganhos;
- classe 8 - contabilidade orçamental;
- classe 9 - contabilidade analítica.

O PNCP apresenta ainda um conjunto de notas explicativas com o objetivo de explicitar o âmbito e regras de movimentação das contas.

3.2.2 Demonstrações Financeiras

As DF têm como objetivos, proporcionar informação acerca de posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões. Ainda, a Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público (IASB, n.d.) permite dar informação acerca de:

- fontes, imputação e usos de recursos financeiros;
- como a entidade financiou as suas atividades e satisfaz as suas necessidades de dinheiro;
- avaliação da capacidade da entidade em financiar as suas atividades e satisfazer os seus passivos e compromissos;
- situação financeira da entidade e das alterações nela; e
- agregada útil na avaliação do desempenho da entidade em termos de custos dos serviços, eficiência e cumprimento de metas.

A base (continuidade, acréscimo, caixa...) da preparação da DF, no geral serve para comparar tantos a DF dos anos anteriores como também a das outras entidades. O conjunto completo de DF que integra o relato financeiro dos organismos públicos, abrangidos pela aplicação do PNCP, é constituído por:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Mapa de Origens e Aplicações dos Fundos;
- Conta da Gerência;
- Mapas de Execução Orçamental;
- Anexo às DF;
- Relatório Técnico.

Balanço

O balanço é um documento que permite conhecer, em determinado momento, a situação ou posição patrimonial e financeira de uma entidade. O modelo adotado para o balanço no PNCP tem como grande objetivo apresentar de forma ordenada e uniformizada a situação económico e financeiro dos Municípios. O balanço tem uma estrutura vertical e a apresentação dos elementos do ativo, do passivo e do capital próprio.

Quanto à sua estrutura obedece às seguintes regras:

- o ativo é ordenado segundo o grau crescente de liquidez;

- o passivo encontra-se ordenado segundo o prazo crescente de exigibilidade.
- o capital próprio vem ordenada segundo o grau decrescente da sua estabilidade (permanência).

Demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados segundo Borges, Rodrigues, & Rodrigues (2014) é uma DF dinâmica que contém informação, reportada a um determinado período, acerca dos rendimentos e gastos. Os rendimentos e gastos representam, respetivamente, aumento, e diminuições do património líquido. A demonstração dos resultados é apresentada por natureza e por função (esta é de elaboração facultativa para os municípios). O modelo adotado tem uma estrutura vertical como a do balanço.

MOAF

O MOAF dá a conhecer a forma como a entidade se financiou e como aplicou o financiamento. Os fundos de financiamentos são oriundos de:

- o produto da cobrança do imposto único sobre património (IUP), arrecadado no respetivo território;
- o produto da cobrança de imposto sobre os veículos automóveis;
- uma comparticipação de 49% do produto da venda do terreno estadual;
- a participação no lucro das empresas municipais;
- o produto da cobrança das taxas e das tarifas ou preços por serviços municipais;
- o rendimento dos serviços municipais administrados diretamente e a renda dos dados em concessão;
- o rendimento dos bens do domínio público ou privado municipal;
- o produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades etc.
- os Municípios podem recorrer ainda, ao financiamento temporário, mas por um período não superior a 5 anos da totalidade ou parte das despesas inerentes ou recorrentes.

Quanto à aplicação ou investimento os Municípios podem fazer:

- investimentos financeiros nas empresas municipais;
- ainda, o Governo poderá celebrar com os Municípios contratos-programa, designadamente para a execução descentralizada do Programa Plurianual de Investimentos Públicos.

Conta de gerência

A conta de gerência dá a conhecer os recebimentos e pagamentos durante um exercício económico bem como os saldos de gerência anterior e para o exercício seguinte.

Os mapas de execução orçamental das despesas e das receitas

O orçamento dos Municípios apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com o quadro e código de contas descritos no PNCP.

Ainda, segundo este diploma o MEO tem como objetivo assegurar o acompanhamento da execução orçamental, designadamente acompanhar de forma sintética o desenvolvimento das principais fases

de execução orçamental das receitas (liquidação e recebimento) e das despesas (cabimento, compromisso, processamento, autorização e pagamento). Quanto a sua estrutura:

- as receitas correntes, de capital, despesas de funcionamento, de investimento e dos serviços autónomo Municipais, especificadas segundo a classificação económica e orgânica;
- as despesas de funcionamento, de investimento e as despesas dos serviços autónomos, especificadas segundo a classificação funcional; e
- programas de investimentos públicos Municipais, estruturadas por programa, subprograma e projetos.

Anexo às demonstrações financeiras

Segundo o PNCP o anexo” é constituído por um conjunto de notas apresentadas por uma determinada ordem, devendo esta demonstração financeira começar por identificar a entidade e o referencial contabilístico utilizado para a preparação das demonstrações financeiras.

O anexo tem como objetivo fornecer informação acerca das bases de preparação e apresentação e as políticas contabilísticas usadas elaboração das demonstrações financeiras, e tem as seguintes estruturas:

- referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras;
- resumo das principais políticas contabilísticas adotadas;
- fluxos de caixa;
- outras informações sobre a aplicação do regime de acréscimo;
- passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos divulgações exigidas por diplomas legais;
- outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Relatório Técnico

O relatório técnico é a exposição escrita de factos observados mediante pesquisas ou provas quanto ao exercício da atividade (operacional, de investimento e de financiamento), com explicações detalhadas para servir na tomada de decisão por parte dos utilizadores (Assembleia Nacional, Assembleias Municipais, Institutos privados sem fins lucrativos, Financiadores dos programas e projetos dos Municípios ,entre outros).

O relatório técnico tem como objetivo uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da social dos Municípios, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta no meio envolvente.

O relatório técnico deve conter a seguinte estrutura (Araújo, Cardoso, & Novais, 2013, pp. 31-41)

- apresentação da entidade
- política de investimento
- atividade investigação e desenvolvimento
- recursos humanos
- filiais caso existir
- participadas caso existir
- situação patrimonial e financeira
- principais riscos e incertezas
- matérias Ambientais
- ações de quota próprio caso existir, etc.

A estrutura desse relatório é adaptada a uma outra estrutura do relatório de gestão no livro intitulado “Manual de prestação de contas nas sociedades comerciais” é muito importante caso for adotado a estrutura do relatório técnico dos Municípios, porque traz-se, muitas vantagens (transparências, a boa imagem e credibilidade), para os Municípios nos relacionamentos com meio envolvente.

4

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA

Neste capítulo identifica-se o problema e as questões de investigação, bem como a metodologia a utilizar no presente estudo.

4.1 Problema e Questões de Investigação

A primeira parte do presente trabalho académico - enquadramento teórico - refere-se à fundamentação teórica que nos veio a permitir identificar o problema de investigação.

Quanto ao enquadramento da problemática de estudo em causa, podemos mencionar que o normativo nacional aplicado aos municípios - o PNCP - teve a sua inspiração no PNC, aprovado pelo Decreto-lei nº4/84 de 30 de Janeiro. O PNC deixou de ser aplicado pelos organismos públicos com a aprovação do PNCP pelo Decreto lei nº10/2006 de 30 de janeiro, 2006.

Da revisão da literatura que fizemos, a última reforma do PNCP aconteceu em 2009, ano em que, para além do registo em base caixa (apenas na ótica orçamental e conta gerência), passaram também a efetuar o registo em base do acréscimo.

De acordo com a pesquisa que efetuamos, ainda não se efetuou um estudo sobre o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde. Neste contexto, identificámos o seguinte problema de investigação: **Qual o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde?**

As questões de investigação são, depois de identificado o problema, o primeiro passo do processo da pesquisa. Para Lewis & Pamela (1987) “uma questão de investigação é aquela que explicita precisamente a área de investigação (cit. por Souza & Souza, 2011, p. 2)”. Assim, identificámos algumas questões de investigação:

1. Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras?
2. Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere aos princípios contabilísticos subjacentes à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras?

3. Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere aos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos?
4. Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à qualidade da informação financeira (características qualitativas)?
5. Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à execução orçamental de despesas e de receitas?

4.2 Metodologia de Investigação

A escolha de uma metodologia de investigação é essencial para se determinar o caminho a seguir e para encontrar as respostas às questões de investigação. Num nível mais geral, segundo Prates (2012) “os chamados estudos quanti-qualitativos, mistos ou multi-metodológicos se constituem na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas” (p. 8).

Continuando a procura de uma definição do método misto, Coutinho (2014) considera o método misto como uma modalidade dos planos de investigação pluri-metodológicos

Numa investigação é possível adotar diferentes metodologias, sendo a que seguimos enquadrada no paradigma misto. Segundo Prates, (2012) o método misto ajuda a explicar um fenómeno, uma relação e/ou um movimento da realidade e, ao mesmo tempo, pode orientar processos interventivos (p. 7). Com base neste entendimento, adotámos o método misto por entendermos ser este o mais adequado.

4.2.1 Recolha de dados

A definição dos instrumentos de recolha de dados depende dos objetivos a ser alcançados com a investigação. Neste trabalho de investigação, os métodos de recolha de dados foram a análise documental (desde legislação sobre os municípios, o PNCP, livros e sites relacionados com o tema) e a aplicação de um questionário via Gamil aos municípios. Os dados recolhidos, via questionário, foram tratados no “Minitab 17” e no “Excel”.

4.3 Delimitação e desenho da investigação

Para delinear a investigação para além de fazer um levantamento bibliográfico e formular o problema de investigação que auxilie as decisões do desenho da pesquisa, é necessário conhecer a população e/ou amostra.

4.3.1 População e amostra

O universo alvo é composto por 22 Municípios, sediados em 9 Ilhas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio Santiago, Fogo e Brava) de Cabo Verde. O questionário foi dirigido aos 22 Municípios e obtivemos um total de 17 respostas válidas. Em 5 dos Municípios, os respetivos presidentes não autorizaram a resposta por considerarem que as respostas exigiam a prestação de informação confidencial. Assim, a amostra contém 17 dos 22 Municípios de Cabo Verde.

5

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo procedemos à apresentação e análise dos resultados obtidos.

5.1 Apresentação e análise dos resultados

Como já referimos, aplicámos o questionário à totalidade dos Municípios de Cabo Verde (22). No entanto, apenas 17 responderam aos questionários, representando, aproximadamente, 77% da população. Considerando os dados obtidos a partir das respostas dos Municípios, procedemos à análise e interpretação dos resultados.

A utilização dos dados estatísticos depende, muitas vezes, da forma como são organizados e apresentados. Existem diferentes formas de apresentação dos dados estatísticos designadamente: gráficos (linha, barra, setores etc.) e tabelas. Nós vamos utilizar gráficos de barras, numa escala nominal de zero (0%) a cem por cento (100%).

Para interpretar os resultados, utilizamos uma escala assim definida: quando a percentagem de implementação se situa no intervalo fechado compreendido entre 75% e 100%, consideramos o grau de implementação **satisfatório**; quando a percentagem de implementação se situa no intervalo aberto compreendido entre 50% e 75%, consideramos o grau de implementação **razoavelmente satisfatório**, quando a percentagem de implementação é igual ou inferior a 50%, consideramos o grau de implementação **pouco satisfatório**.

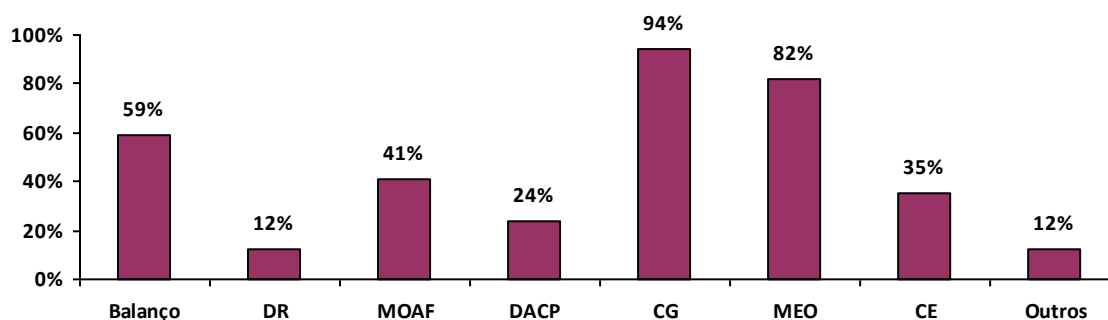


Gráfico nº 1 – Elaboração das DF

Quanto à análise do gráfico 1, em termos de DF elaboradas, 94% dos inquiridos declararam elaborar a Conta de Gerência (CG), 82% o Mapa de Execução Orçamental (MEO), 59% afirmaram elaborar o Balanço, 41% afirmaram elaborar Mapa de Origens e Aplicações dos Fundos (MOAF), 35% declaram efetuar a Caracterização da entidade (CE), 24% Demonstração das Alterações do Capital Próprio (DACP). Apenas 12% dos respondentes afirmaram elaborar a Demonstração dos Resultados (DR) e outros documentos de prestação de contas (balancetes mensais, trimestrais - 1 município (6%); a utilização do regime financeiro da Lei nº 79/VI de Setembro de 2005 - 1 município (6%)).

Como podemos verificar da análise do gráfico 1, a grande maioria dos municípios elaboram as DF que resultam da contabilidade orçamental - a CG e o MEO cuja base de preparação é a de caixa, enquanto a percentagem de municípios que elaboram as demonstrações financeiras que exigem a base do acréscimo é bastante menor. Entre estas, o Balanço é o que é preparado por um maior número de Municípios, sendo todas as outras elaboradas pelos municípios em menor percentagem, com uma diferença considerável.

Deste modo, considerando que a média das percentagens de respostas obtidas é de 44,9% $((59+12+41+24+94+82+35+12)/8)$, o grau de implementação do PNCP no que respeita à elaboração das DF obrigatórias, é considerado pouco satisfatório.

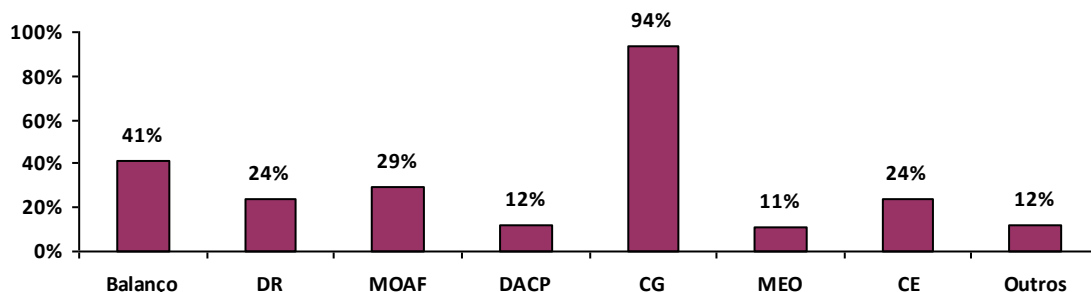


Gráfico nº 2 - Informação prestada em anexo que complementa a que é dada através das DF

Quanto ao gráfico 2, pode constatar-se que a DF que no anexo apresenta o nível de explicação mais elevado é a CG, representando 94% inquiridos (a mesma percentagem que respondeu que elaborava a CG – ver gráfico 1). Em contrapartida, apenas 11% dos inquiridos afirma apresentar no anexo informações complementares ao MEO, quando afirmavam elaborar este mapa 82% dos inquiridos. Entre as informações relativas às DF elaboradas com base no princípio do acréscimo, o balanço é aquela que tem um maior nível de explicações no anexo seguido do mapa de origens e aplicações de fundos, da demonstração dos resultados. No que respeita à demonstração dos resultados, é curioso verificar que 24% dos inquiridos afirma divulgar no anexo informação complementar, mas apenas 12% (gráfico 1) afirma elaborar aquela demonstração financeira. No que respeita às restantes DF, a

percentagem de Municípios que afirma prestar informação no anexo relativa às restantes DF é de 24% para a CE, 12% para a DACP e para Outros (balancetes mensais, trimestrais - 1 Município (6%) e termo de encerramento de balanço- 1 Município (6%)).

Atendendo à média das percentagens de respostas obtidas, 30,9%, $((41+24+29+12+94+11+24+12)/8)$, o grau de implementação do PNCP no que respeita à informação prestada no anexo às DF, é considerado pouco satisfatório.

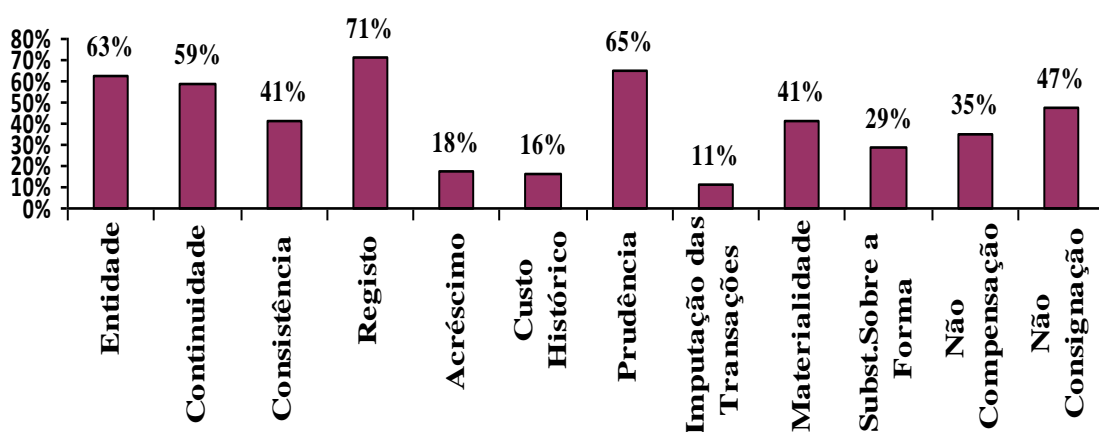


Gráfico nº 3 – Princípios contabilísticos utilizados na elaboração das DF

No gráfico 3 podemos verificar que, dos 17 municípios em análise, 71% dos inquiridos afirmaram a utilização do Princípio de Registo (PR), 65% do Princípio da Prudência (PP), 63% do Princípio de Entidade (PE), 59% do Princípio da Continuidade (PC), 47% do Princípio da Não Consignação (PNCG), 41% do Princípio da Consistência (P[^]C) e do Princípio da Materialidade (PM), 35% do Princípio de não Compensação (PñC), 29% Princípio da Substância Sobre a Forma (PSSF), 18% Princípio do Acréscimo (PA), 16% Princípio do Custo Histórico (PCH) e 11% Princípio da Imputação das Transações (PIT).

Face aos resultados do gráfico 3, salientamos que os municípios estão a usar, satisfatoriamente, o PR, o PP, o PE e o PC. Os restantes princípios (PñC, P[^]C, PM, PA, PñC, PNCG, PSSF, PA, PCH e PIT) não são muito usados na elaboração das DF.

Atendendo à média das percentagens de respostas obtidas, 41,3%, $((63+59+41+71+18+16+65+11+41+29+35+47)/12)$, o grau de implementação do PNCP, no que respeita à observância dos princípios contabilísticos na elaboração e apresentação das DF, é considerado pouco satisfatório. Assim, consideramos que a credibilidade e a transparência da

informação financeira poderão ser questionadas pelos utilizadores dessa mesma informação, designadamente, governo, assembleia e órgãos de comunicação social.

Importa ainda salientar que, ao confrontarmos as respostas sumariadas no gráfico 1 com as sumariadas no gráfico 3, verificamos que 59% e 12 % dos inquiridos afirmaram elaborar o Balanço e a DR respetivamente e que 18% afirmaram aplicar o PA. Admitindo que os 18% que afirmaram aplicar o PA também elaboram o Balanço e a DR, levantam-se questões de fiabilidade e de relevância da informação contida naquelas DF.

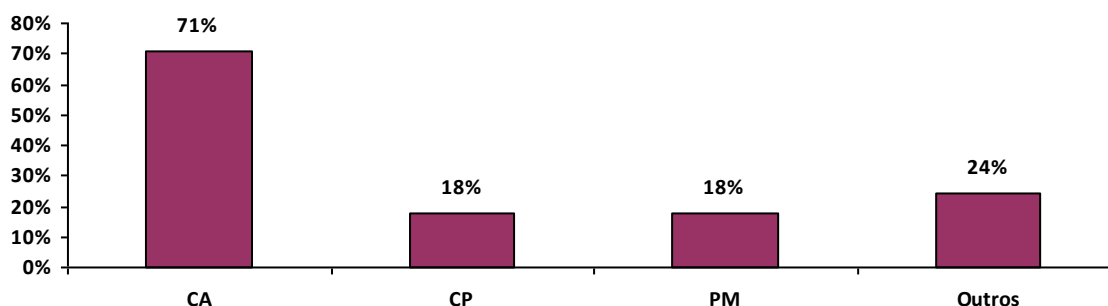


Gráfico nº 4 - Critérios valorimétricos utilizados no reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados

Em termos de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados, a análise do gráfico 4 permite constatar que 71% dos inquiridos declararam que os reconhecem na contabilidade a Custo de Aquisição (CA), 18% a Custo de Produção (CP) e também 18% ao Preço de Mercado (PM). Existem 24% de respondentes que responderam outros (não aplicável – 3 (18%) e aplicação da legislação – 1 (6%)). Assim, o grau de implementação do PNCP quanto aos critérios de valorimetria aplicados no reconhecimento e mensuração soa ativos imobilizados é razoavelmente satisfatório.

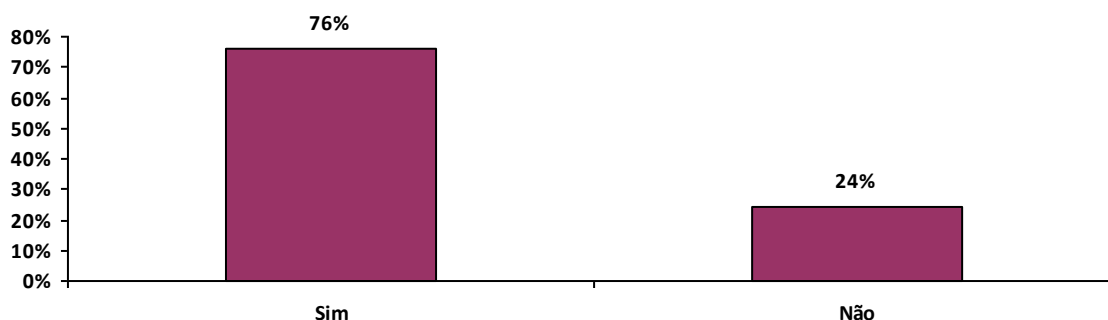


Gráfico nº 5 - Constituição, reforço e anulação de provisões para investimentos financeiros

Quanto à análise do gráfico 5, em termos de constituição de reforços e anulações de provisões para investimentos financeiros, 76% dos inquiridos declararam que constituem, reforçam e procedem a

anulações de provisões para investimentos financeiros, cumprindo assim o PNCP. Os restantes 24% respondentes declaram que não há constituição, reforço nem anulação de provisões. Considerando as referidas percentagens, o grau de implementação do PNCP, neste caso é considerado satisfatório.

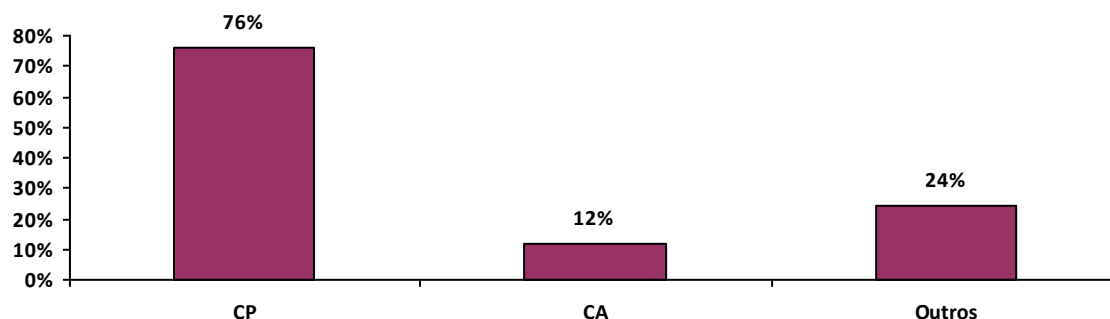


Gráfico nº 6 - Critérios valorimétricos utilizados na contabilização dos ativos imobilizados, incluindo os investimentos adicionais

Através do gráfico 6 podemos verificar que 76% dos inquiridos confirmam que os ativos imobilizados, incluindo os investimentos adicionais, são contabilizados pelo seu CP. Existem 24% de respondentes que responderam outros (não aplicável – 3 (18%) e aplicação da legislação – 1 (6%)). Por outro lado, apenas 12% dos inquiridos afirmaram que contabilizam os ativos imobilizados corpóreos, incluindo os investimentos adicionais, pelo seu CA. Neste caso, tal como no anterior, o grau de implementação do PNCP é considerado satisfatório.

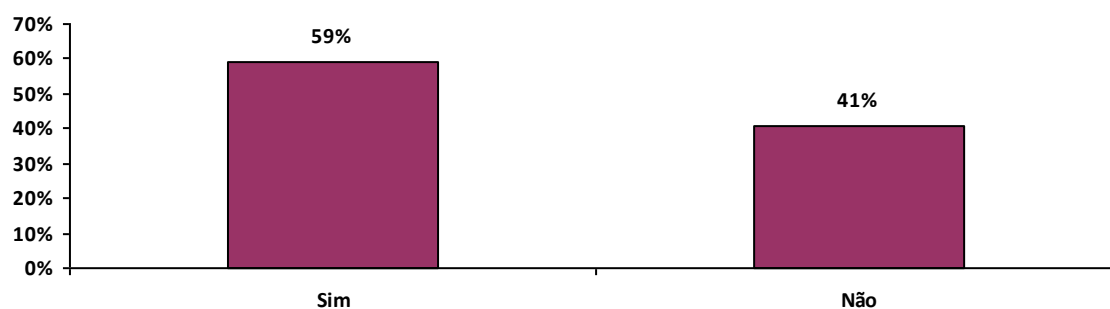


Gráfico nº 7 – Amortização dos elementos do imobilizado que têm uma vida útil limitada

Analisando o gráfico 7, verificamos que 59% dos inquiridos declaram que, quando os elementos do imobilizado têm uma vida útil limitada, são amortizados de forma sistemática durante o período em que podem ser utilizados em condições de funcionamento económico. Os restantes 41% afirmaram que não procedem dessa forma. Atendendo à escala que definimos, o grau de implementação do PNCP, é considerado razoavelmente satisfatório.

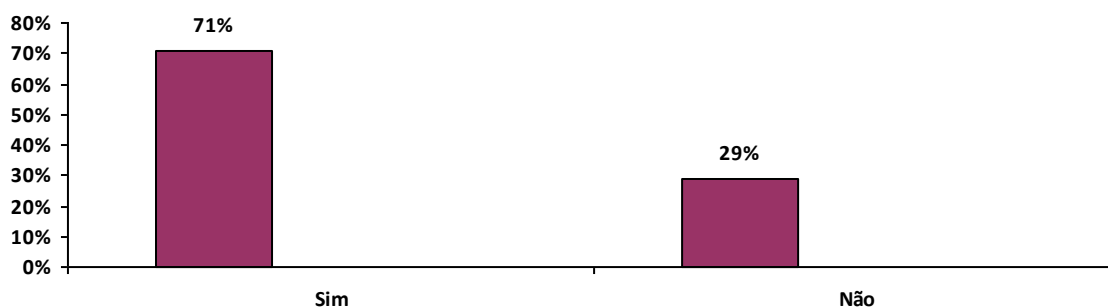


Gráfico n° 8 - Disponibilização, no anexo, de informação sobre ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Quando se trata de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o critério de valorimetria aplicado deve ser explicitado e justificado no anexo às DF. De acordo com o gráfico 8, podemos verificar que 71% dos inquiridos afirmaram que procedem desse modo e 29% responderam que não procedem dessa forma. O que significa que o grau de implementação do PNCP é considerado razoavelmente satisfatório, existindo ainda Municípios que não estão a cumprir as exigências estabelecidas no PNCP quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.

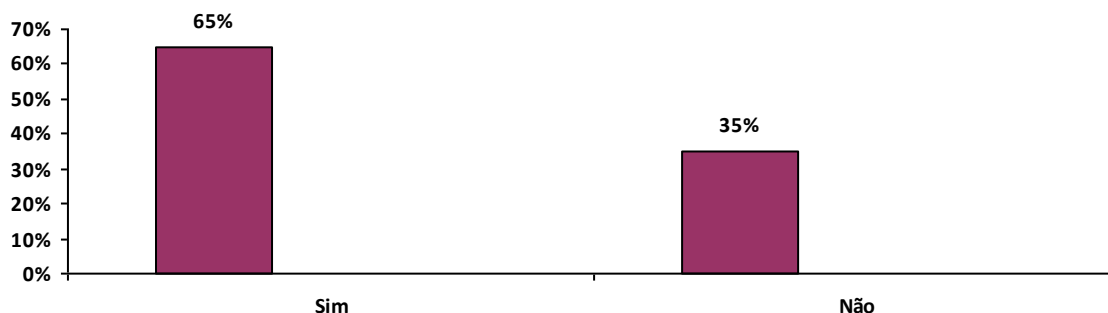


Gráfico n° 9 - Disponibilização, no anexo, de informação sobre ativos imobilizados cujos valores de aquisição ou de produção se desconhecem

Quanto à análise do gráfico 9, em caso de inventariação inicial de ativos, cujos valores de aquisição ou de produção se desconhecem, 65% dos inquiridos declararam que sim, ou seja, que a informação se encontra identificada no anexo às DF. Os outros restantes 35% afirmaram que não. Face às percentagens de resposta “sim”, o grau de implementação do PNCP é considerado razoavelmente satisfatório.

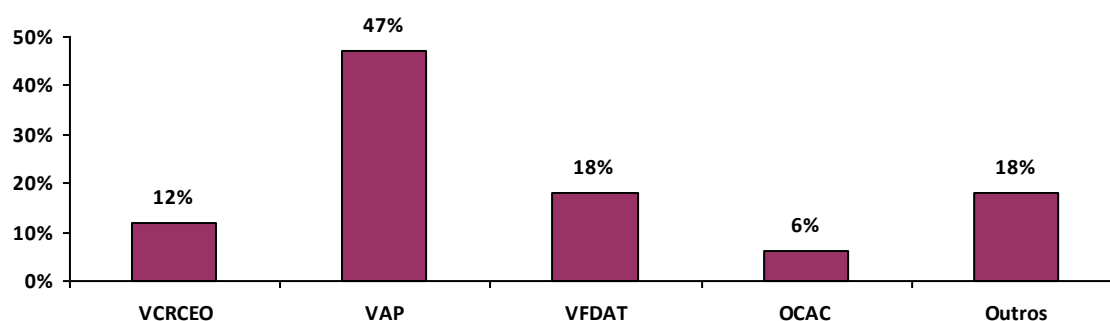


Gráfico nº 10 - Critérios de valorimetria aplicados às transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo PNCP

Quanta análise do gráfico 10, constata-se que, em caso de transferência de ativos entre entidades abrangidas pelo PNCP, 47% dos inqueridos afirmaram que o reconhecimento pela entidade beneficiária da transferência é feito através do Valor Acordado entre as Partes (VAP), 18% afirmaram utilizar o Valor Fixado no Diploma que Autorizou a Transferência (VFDDAT), 18% responderam outros (não aplicável) e 12% afirmam que o valor atribuído é o Valor Constante nos Registos Contabilísticos da entidade de origem (VCRCEO). Apenas 6% declararam que o valor é selecionado pelo órgão competente da administração central (OCAC). De acordo com as respostas obtidas, só 18% cumpre com um dos critérios definidos no PNCP. Assim, podemos afirmar que 82% não cumpre. Logo, o grau de implementação do PNCP é considerado pouco satisfatório.

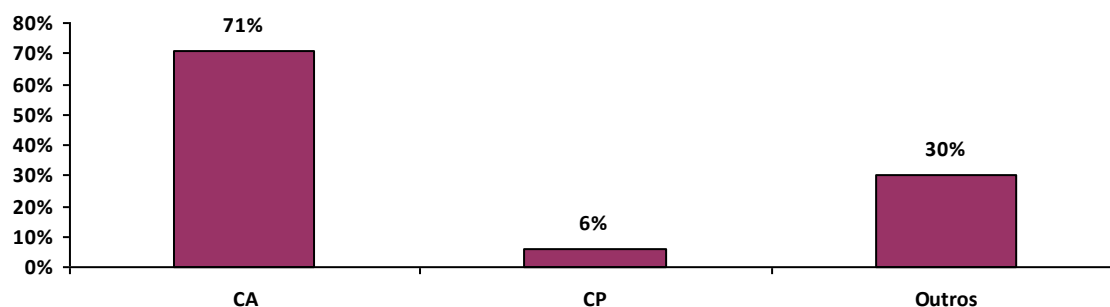


Gráfico nº 11 Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual

Analisando o gráfico 11, pode constatar-se que 71% inqueridos afirmam que utilizam o critério de valorimetria do CA no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual. Existem 30% de respondentes que responderam outros (não aplicável – 4 (24%) e aplicação da legislação – 1 (6%)). Por outro lado, apenas 6% declaram usar o CP no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual. Entre as informações relativas aos critérios de valorimetria aplicados no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual, o mais usado é

o CA. Se atendermos a que, entre os que responderam – outros –, 24% afirmaram não ser aplicável o critério de valorimetria para o reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual, podemos dizer que o grau de implementação do PNCP é, neste caso, razoavelmente satisfatório.

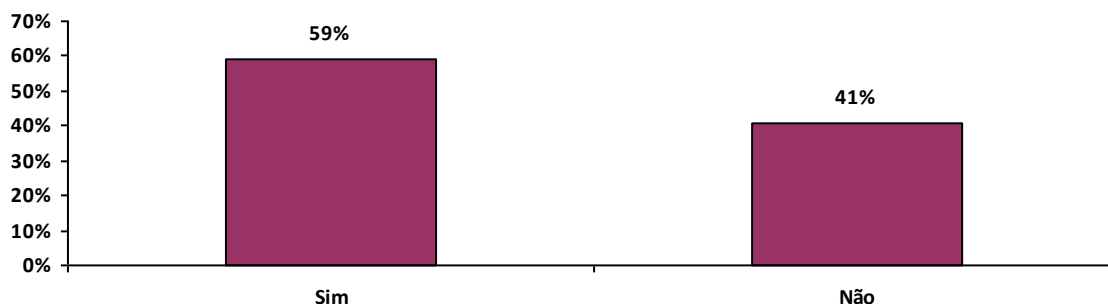


Gráfico n° 12 - Contabilização como ativo imobilizado das aplicações informáticas e programas de computador

Quanto ao gráfico 12, pode ver-se que 59% dos inquiridos afirmam que as aplicações informáticas ou programas de computadores são registadas no ativo imobilizado e 41% afirma não proceder ao registo dessa forma. Assim, podemos dizer que o grau de implementação do PNCP é considerado razoavelmente satisfatório.

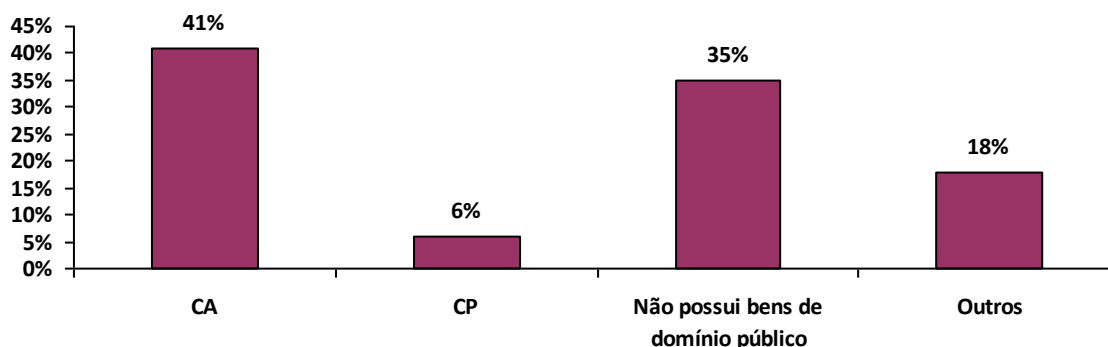


Gráfico n° 13 - Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento de imobilizações do domínio público

Ao analisar o gráfico 13, pode verificar-se que 41% dos inquiridos afirmam que o critério de valorimetria aplicado pela entidade no seu reconhecimento das imobilizações de domínio público, caso possua, é o CA, com maior nível representação. A seguir 35% dos inquiridos afirmam não possuir bens do domínio público e 18% declaram outros (valor deliberado pela Assembleia Municipal Tarrafal de São Nicolau - 1 (6%); não se aplica - 2 (12%)). Finalmente apenas 6% afirmam ter usado o critério do CP. De acordo com o acabado de expor, podemos considerar que o grau de

implementação do PNCP pelos Municípios de Cabo Verde que possuem imobilizações do domínio público é considerado pouco satisfatório.

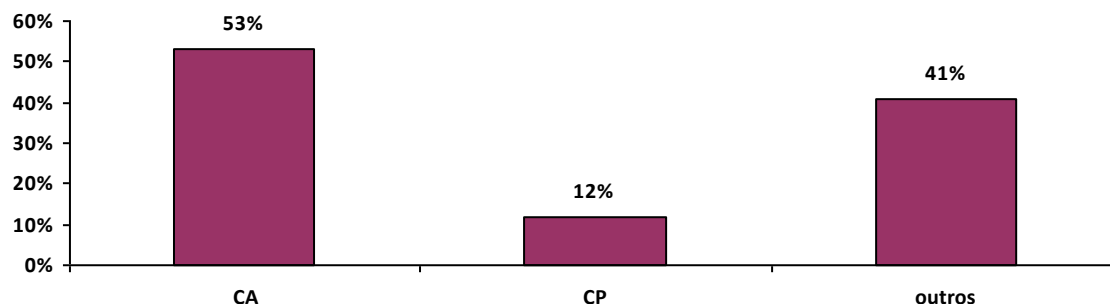


Gráfico n° 14 - Critérios de valorimetria utilizados no reconhecimento das existências

De acordo com a análise do gráfico 14, pode constatar-se que dos critérios de valorimetria utilizados na contabilização das existências, o CA tem o nível de aplicação mais elevado, tendo sido indicado por 53% dos inquiridos. Existem 41% de respondentes que responderam outros (não aplicável – 6 (35%) e aplicação da legislação – 1 (6%). Em contrapartida, apenas 12% dos inquiridos afirma aplicar o CP. Dado que entre os que responderam – outros – 35% afirmaram não ser aplicável o critério de valorimetria para o reconhecimento das existências, podemos dizer que o grau de implementação do PNCP é razoavelmente satisfatório.

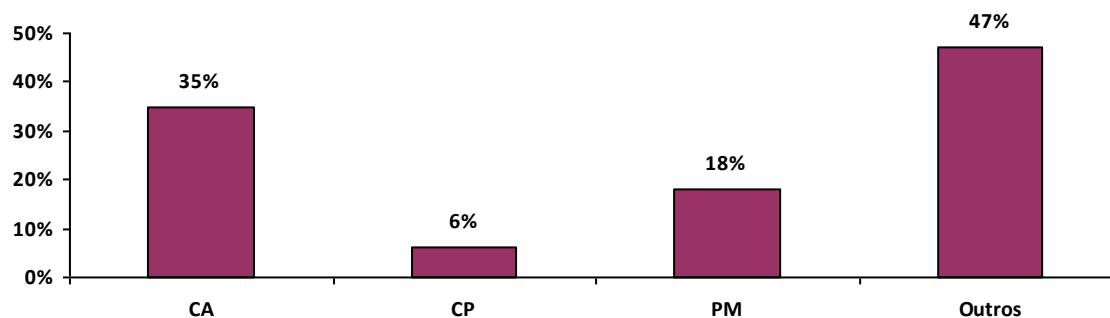


Gráfico n° 15 - Critérios de valorimetria utilizados no caso do custo de aquisição ou de produção das existências ser superior ao preço de mercado

O gráfico 15 indica-nos que, quando o custo de aquisição ou de produção das existências é superior ao preço de mercado, 47% dos inquiridos afirmaram utilizar outros critérios de valorimetria (não aplicável – 7 (41%) e aplicação da legislação – 1 (6%)), 35% dos inquiridos afirmaram aplicar o critério do CA e 18% declararam a utilização do critério PM. Em contrapartida, apenas 6% dos inquiridos afirmaram usar o critério do CP (a mesma percentagem que respondeu aplicar o critério

de valorimetria custo de produção no tratamentos das imobilizações de domínio público nos municípios – ver gráfico 13).

Em face do exposto e sendo que 7 (41%) dos Municípios afirmaram não efetuar o ajustamento para o preço de mercado quando se verifica, à data do Balanço, que o valor contabilístico é superior ao preço de mercado, podemos dizer que o grau de implementação do PNCP é pouco satisfatório.

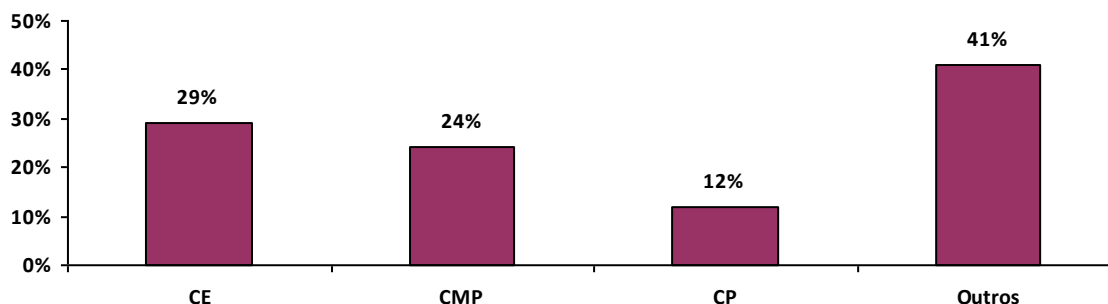


Gráfico nº 16- Métodos de custeio das saídas aplicadas no cálculo do CMVMC

Como podemos analisar a partir do gráfico 16, a maioria dos Municípios responderam outros (não aplicável – 7 (41%)), 29% declararam efetuar o cálculo do CMVMC de acordo com o método do Custo Específico (CE), 24% dos inquiridos afirmaram a aplicação do método de custeio das saídas, Custo Medio Ponderado (CMP) e 12% dos inquiridos afirmaram aplicar o método de custeio das saídas Custo Padrão (CP). Nenhum dos inquiridos afirmou aplicar os métodos de custeio das saídas FIFO e LIFO, daí não constarem do gráfico 16. De forma geral, de acordo com as respostas dos inquiridos e considerando, mais uma vez, que em 41% dos Municípios esta situação não é aplicável, o grau de implementação do PNCP quanto à aplicação dos métodos de custeio das saídas de existências é pouco satisfatório.

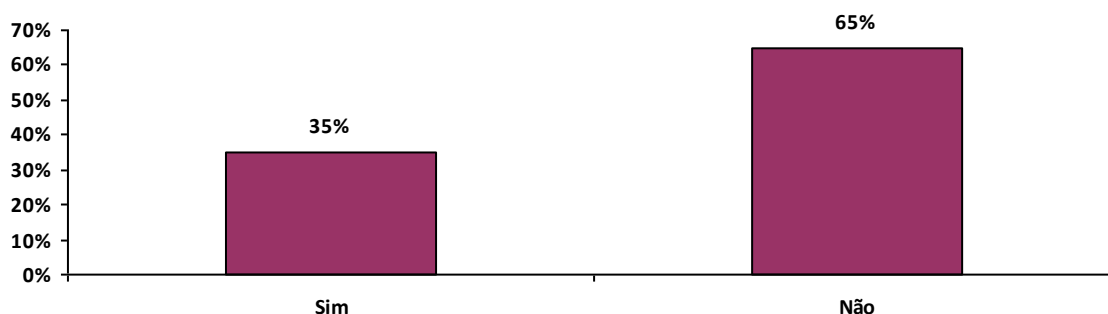


Gráfico nº 17- Critérios de valorimetria aplicado nas transações em moeda estrangeira

Quanto ao gráfico 17, pode averiguar-se que 65% dos inquiridos afirmaram a não aplicação dos critérios de valorimetria previstos no plano de contas para transações em moeda estrangeira e 35% declararam a sua aplicação.

Dado que dos 17 Municípios, correspondentes à totalidade da amostra, apenas 35% estão a seguir as normas do PNCP, que exige aplicação dos critérios de valorimetria previstos no plano de contas para transações em moeda estrangeira, podemos dizer que o grau de implementação do PNCP é pouco satisfatório.

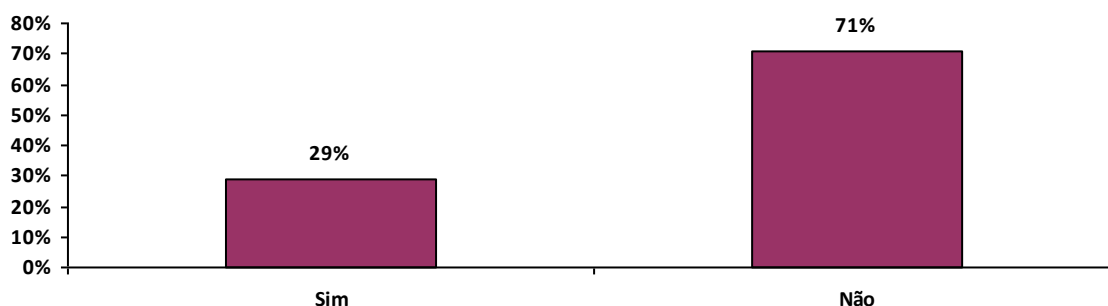


Gráfico nº 18- Constituição, reforço e anulação de provisões para cobranças duvidosas

Também apenas 29%, dos 17 Municípios que correspondem a 100% da amostra, estão a seguir as normas do PNCP, que exigem a constituição ou o reforço de provisões para cobranças duvidosas no caso de se verificarem riscos de cobrança. Assim, a implementação do PNCP pelos Municípios de Cabo Verde, perante riscos de cobrança, é pouco satisfatória.

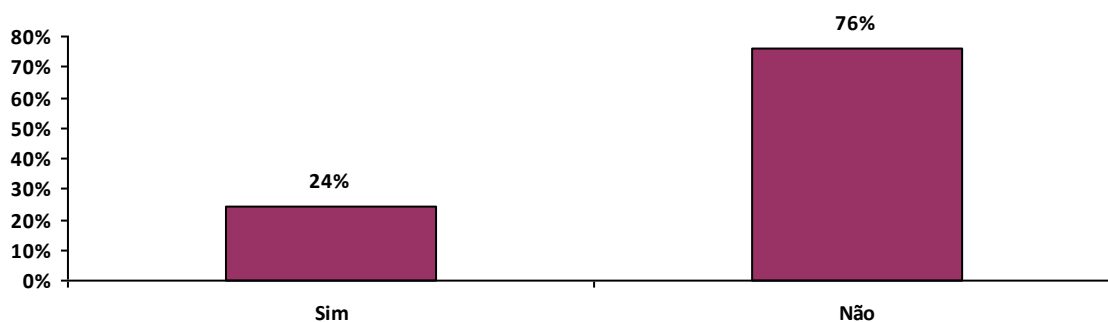


Gráfico nº 19- Critérios de valorimetria aplicados às disponibilidades

Através do gráfico 19 pode verificar-se que 76% dos inquiridos afirmaram a não aplicação dos critérios de valorimetria previstos no plano de contas para tratamento das disponibilidades detidas em moeda estrangeira. Apenas 24% declararam a sua aplicação pelo que a implementação do PNCP é pouco satisfatória no que ao tratamento da valorimetria das disponibilidades respeita.

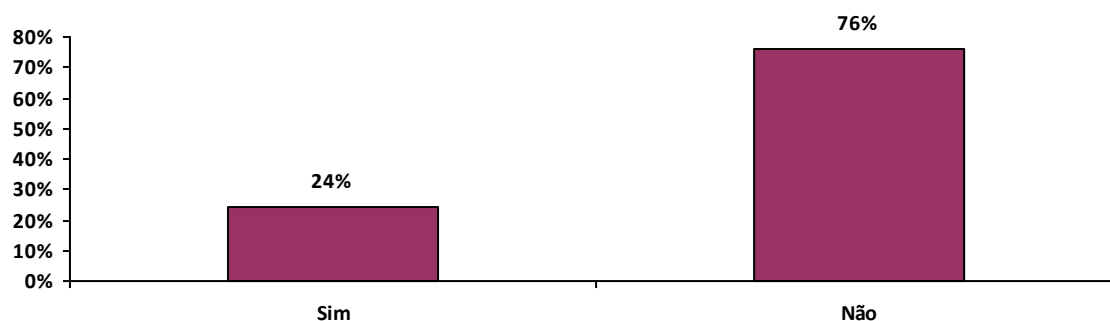


Gráfico n° 20- Critérios de valorimetria aplicados aos títulos negociáveis

Quanto ao gráfico 20, pode constatar-se que, quanto aos critérios de valorimetria utilizados no tratamento dos títulos negociáveis, 76% dos inquiridos afirmaram a não a sua aplicação (a mesma percentagem que respondeu não aplicar os critérios de valorimetria previstos no plano de contas para tratamento dos valores das disponibilidades detidas em moeda estrangeira – ver gráfico 19).

Em contrapartida, apenas 24% dos inquiridos afirmaram a utilização dos critérios de valorimetria no tratamento dos títulos negociáveis (a mesma percentagem que respondeu a aplicação dos critérios de valorimetria previstos no plano de contas para tratamento dos valores das disponibilidades detidas em moeda estrangeira-ver gráfico 19). Neste caso, o grau de implementação do PNCP é pouco satisfatório.

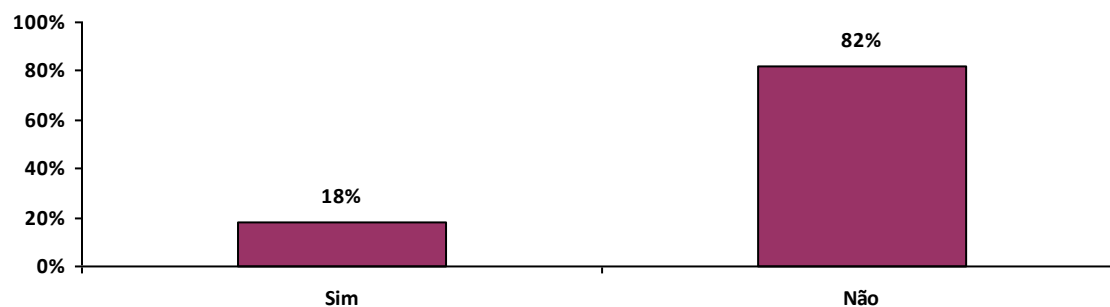


Gráfico n° 21- Critérios de valorimetria utilizados quando o custo de aquisição dos títulos negociáveis é superior ao valor de mercado

De acordo com a análise do gráfico 21, verifica-se que 82% dos inquiridos afirmaram que, caso o valor de aquisição dos títulos negociáveis seja superior ao valor de mercado, não aplicam o critério de valorimetria preconizado no PNCP e 18% afirmaram a sua utilização. Neste caso, o grau de implementação do PNCP é pouco satisfatório.

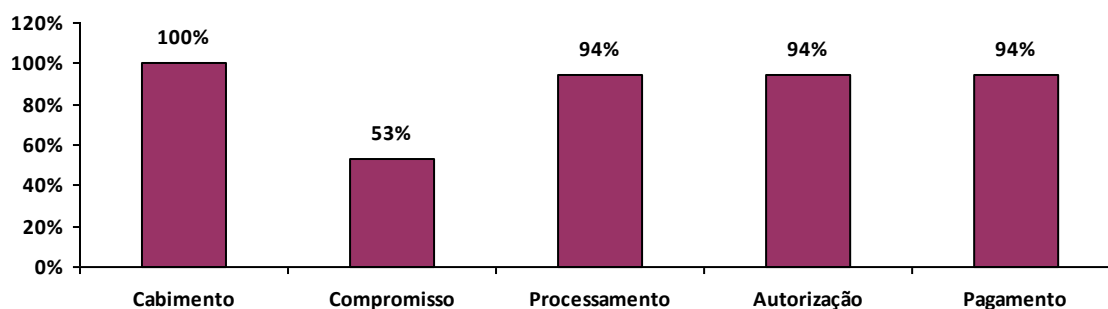


Gráfico n° 22- Fases da execução orçamental das despesas

Ao analisar o gráfico 22, pode-se constatar que o cabimento é a fase da execução orçamental da despesa pública com nível de implementação mais elevado, representando 100% das respostas dos inquiridos, seguindo-se as fases de processamento, autorização e pagamento que obtêm 94% de respostas dos inquiridos quanto à sua implementação. Apenas 53% dos respondentes afirmaram realizar a fase do compromisso. Com uma percentagem média de 87% $((100+53+94+94+94)/5)$ de respondentes a afirmarem cumprir as cinco fases da execução orçamental da despesas, o grau de implementação do PNCP é satisfatório. Apenas a fase do compromisso apresenta um pior resultado mas, dada a sequencialidade das fases de execução e a existência de sistemas informáticos que cumprem o cabimento e o compromisso em simultâneo, pensamos que esta fase também será cumprida em linha com as demais.

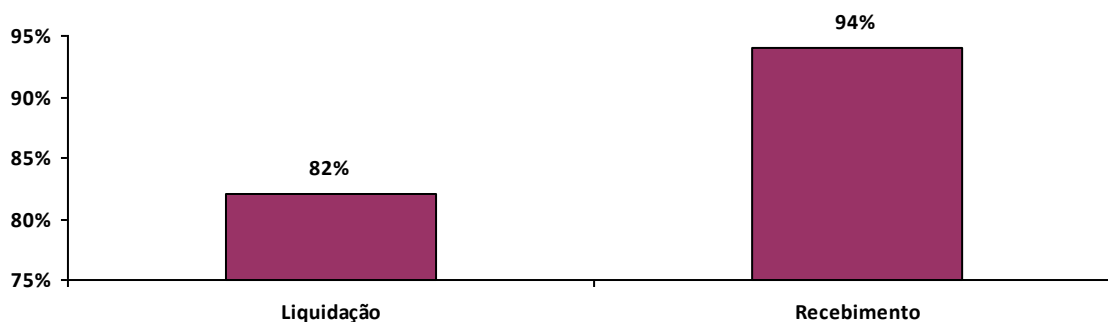


Gráfico n° 23- Fases da execução orçamental das receitas públicas

Através do gráfico 23 pode constatar-se que o recebimento é a fase da execução orçamental da receita pública com nível de implementação mais elevado, representando 94% dos inquiridos, sendo que 82% destes afirmaram também realizar a fase da liquidação. Assim, o grau de implementação do PNCP é satisfatório. Realçamos também aqui a situação, acima expressa quanto às despesas, da sequencialidade das fases de execução da receita e da existência de sistemas informáticos que a garantem automaticamente pelo que a fase da liquidação deve ser cumprida em linha com a do recebimento.

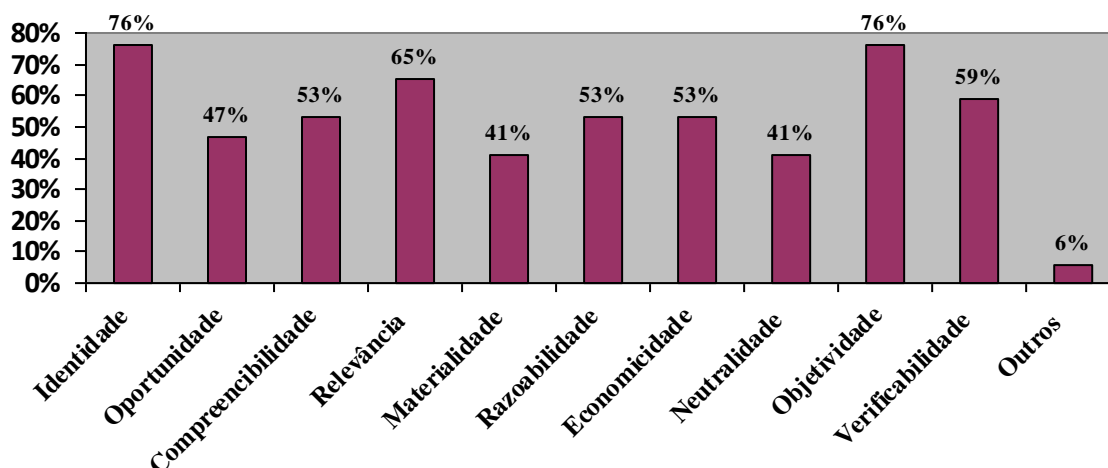


Gráfico nº 24- Caraterísticas qualitativas informação financeira

Por último, no gráfico 24 pode ver-se que 76% dos inquiridos consideraram que o relato financeiro cumpre as características qualitativas da identidade e da objetividade. No que respeita às restantes caraterísticas, 65% dos inquiridos afirmaram que o relato financeiro cumpria a relevância, 59% a verificabilidade, 53% a compreensibilidade, a razoabilidade e a economicidade, 47% a oportunidade, 41% a materialidade e a neutralidade. Apenas 6% dos inquiridos afirmaram outro (não aplicável-1 (6%)). Perante o acabado de expor, o grau de implementação do PNCP é, para a maioria das características qualitativas, razoavelmente satisfatório, sendo a média das percentagens de respostas obtidas, 51,8% $((76+47+53+65+41+53+53+41+76+59+6)/11)$.

6

CONCLUSÕES

Do estudo que acabamos de realizar sobre o Grau de Implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde, ficamos a perceber que o normativo PNCP é um instrumento muito importante no controlo da contabilidade pública dos Municípios, especificamente na elaboração e apresentação do conjunto das DF.

Para responder ao problema de investigação “Qual o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde” foram definidas questões de investigação. Nos termos da metodologia definida, foi elaborado e aplicado um questionário que nos permitiu, pela análise e interpretação dos resultados, encontrar as respostas seguintes.

Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras?

Com base na análise dos gráficos n.º 1 e 2, podemos afirmar que o grau de implementação do PNCP, no que se refere à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras pelos Municípios de Cabo Verde, é pouco satisfatório.

Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere aos princípios contabilísticos subjacentes à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras?

Conforme exposto na apresentação dos resultados (gráfico n.º 3), o grau de implementação do PNCP, no que se refere aos princípios contabilísticos subjacentes à elaboração e à apresentação das demonstrações financeiras, é pouco satisfatório. Especial preocupação oferece a aplicação do PA, apenas com 18% de respondentes a afirmar que o utilizam na elaboração e apresentação das DF, designadamente, e entre outras, do Balanço e da DR, comprometendo a relevância e a fiabilidade da informação financeira.

Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere aos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos?

Quanto ao grau de implementação do PNCP no que se refere aos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos, ou critérios de valorimetria, a análise dos resultados permite definir dois grandes conjuntos: um integrado pelas imobilizações, corpóreas e incorpóreas, e pelos

investimentos financeiros (gráficos n.ºs 4 a 7 e 10 a 11); um segundo constituído pelos bens de domínio público, existências, disponibilidades e terceiros (gráficos n.ºs 14 a 21).

Relativamente ao primeiro conjunto, o grau de implementação é satisfatório ou razoavelmente satisfatório (este último resultado apenas para os valores evidenciados no gráfico n.º 12). Quanto ao segundo conjunto, o grau de implementação é pouco satisfatório ou razoavelmente satisfatório (este resultado apenas para os valores evidenciados no gráfico n.º 14). Neste último caso, relativo às existências, verifica-se que 65% dos respondentes afirmam aplicar o CA e/ou o CP no reconhecimento inicial das existências. Porém, no que concerne o reconhecimento subsequente à data de balanço e a inerente relevação de ajustamentos, ditados pela alteração de preços de mercado, o grau de implementação do PNCP é pouco satisfatório.

Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à qualidade da informação financeira (características qualitativas)?

No que diz respeito às características qualitativas das informações financeiras, de acordo com as respostas dos inquiridos (gráfico n.º 24), pode concluir-se que o relato financeiro e a execução orçamental prestados pelos Municípios cumprem de forma razoavelmente satisfatória o PNCP.

Qual o grau de implementação do PNCP no que se refere à execução orçamental de despesas e de receitas?

O grau de implementação do PNCP no que se refere à execução orçamental de despesas e de receitas, conforme gráficos n.º 22 e 23, é satisfatório.

Assim, a análise dos resultados obtidos a partir das respostas dos 17 Municípios inquiridos permite-nos concluir que o grau de implementação do PNCP nos Municípios de Cabo Verde pode ser classificado como robusto no que respeita à contabilidade orçamental, mas necessita de ser consolidado no que à contabilidade financeira respeita, através da aplicação plena do seu enquadramento teórico de referência.

Esta evolução permitirá que a Contabilidade Pública em Cabo Verde gere informação orçamental e financeira cada vez mais útil à tomada de decisão por parte de todos os seus utilizadores.

Como perspetivas de trabalho futuro, recomenda-se que sejam efetuados estudos sobre o grau de implementação do PNCP nos serviços da administração central da República de Cabo Verde e noutros subsectores da administração pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANMCV. (2014). Portal da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde. Retrieved March 3, 2014, from www.anmcv.com/Municípios/Boavista.aspx
- Araújo, D. N., Cardoso, P., & Novais, J. (2013). *Manual de prestações de contas nas sociedades comerciais* (3rd ed.). Porto: Jornal Fiscal.
- Borges, A., Rodrigues, J. A., & Rodrigues, R. (2014). *Elementos de Contabilidade Geral* (26th ed.). Lisboa: Áreas Editora.
- Câmara de Comércio Indústria e Turismo. (2014). Portal da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde. Retrieved November 13, 2014, from http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=1&id_channel=33&id_page=113
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2nd ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Decreto lei nº10/2006 de 30 de janeiro do Conselho de Ministros. Decreto-Lei, Boletim oficial da República de Cabo Verde: I Série, nº 5 (2006). Retrieved from <http://www.poccplp.com/Plano/11/pncp-plano-nacional-de-contabilidade-publica>
- Decreto-Lei nº 29//2001 de 19 de Novembro do Ministério das Finanças, Diário da República: I Série-A (2001). Retrieved from <http://www.minfin.gov.cv/index.php/reforma-fiscal-e-financeira/diploma-da-contabilidade-publica>
- IASB. (n.d.). International Accounting Standards Board. Retrieved August 2, 2014, from <http://www.iasb.org>
- INE. (2012). Instituto Nacional de Estatística. Retrieved June 26, 2015, from <http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>
- Portal do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. (2010). Retrieved May 2, 2015, from <http://www.ine.cv/censo/files/Resumo indicadores RGPH 2010.pdf>
- Prates, J. C. (2012). O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos*, 11(1), 116–128. Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11647>
- Secretaria do Estado da Administração Pública. (2009). *Legislação Administrativa Cabo-Verdiana: Reforma da Contabilidade Pública* (2nd ed., Vol. IV). Cabo Verde. Retrieved from [http://dgap.com.cv/phocadownload/Legislacao/legislao administrativa cabo verdiana vol. iv.pdf](http://dgap.com.cv/phocadownload/Legislacao/legislao%20administrativa%20cabo%20verdiana%20vol.%20iv.pdf)
- Souza, F. N. De, & Souza, D. N. De. (2011). Formular Questões de Investigação no Contexto do Corpus Latente na Internet. *Internet Latent Corpus Journal*, 2(1), 1–5. Retrieved from <http://revistas.ua.pt/index.php/ilcj/article/view/1275>

Anexo

O grau de implementação do Plano Nacional da Contabilidade Pública (PNCP) nos Municípios de Cabo Verde

O presente questionário foi elaborado no âmbito da dissertação de mestrado, intitulada “Grau de implementação do PNCP nos 22 Municípios de Cabo Verde”, para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Administração Pública do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Como tal, a informação proveniente das respostas obtidas destina-se unicamente a fins científicos e é confidencial.

***Obrigatório**

Ilha *

Municípios *

Idade *

Sexo *

- ☐ ☐ Feminino
- ☐ ☐ Masculino

Informação académica e profissional *

Nível de escolaridade:

- ☐ ☐ Inferior a 12º Ano
- ☐ ☐ 12º Ano
- ☐ ☐ Bacharelato
- ☐ ☐ Licenciatura
- ☐ ☐ Mestrado
- ☐ ☐ Doutoramento

Função/Cargo *

- ☐ ☐ Direcção
- ☐ ☐ Técnico superior
- ☐ ☐ Administrativo
- ☐ ☐ Outro:

Número de anos no cargo *

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *

Assinale as demonstrações financeiras que o Município elabora

- ☐ ☐ Balanço
- ☐ ☐ Demonstração dos resultados
- ☐ ☐ Mapa de origens e aplicações dos fundos
- ☐ ☐ Demonstração das alterações do capital próprio
- ☐ ☐ Conta de gerência
- ☐ ☐ Mapas de execução orçamental

- ☐ Caracterização a entidade (nome e legislação de enquadramento aplicável)
- ☐ Outro:

O anexo contém informação que complementa : *

Assinale todas as opções que são aplicáveis

- ☐ Balanço
- ☐ Demonstração dos resultados
- ☐ Mapa de origens e aplicações dos fundos
- ☐ Demonstração das alterações do capital próprio
- ☐ Conta de gerência
- ☐ Mapas de execução orçamental
- ☐ Caracteriza a entidade (nome e legislação de enquadramento aplicável)
- ☐ Outro:

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL *

Assinale os princípios contabilísticos que são cumpridos na elaboração das demonstrações financeiras que assinalou na resposta 1

- ☐ Princípio da entidade
- ☐ Princípio da continuidade
- ☐ Princípio da consistência
- ☐ Princípio do registo
- ☐ Princípio do acréscimo (ou especialização do exercício ou da efectividade das operações)
- ☐ Princípio do custo histórico
- ☐ Princípio da prudência
- ☐ Princípio da imputação das transacções
- ☐ Princípio da materialidade
- ☐ Princípio da substância sobre a forma
- ☐ Princípio da não compensação
- ☐ Princípio da não consignação
- ☐ Outro:

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE ACTIVOS-Imobilizado *

As aplicações financeiras são registadas

- ☐ Ao custo de aquisição
- ☐ Ao custo de produção
- ☐ Ao valor de mercado
- ☐ Outro:

Sempre que necessário são constituídas, reforçadas e anuladas provisões para investimentos financeiros? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Contabilizam-se os activos imobilizados corpóreos, incluindo os investimentos adicionais, pelo seu *

- ☐ Custo de aquisição
- ☐ Custo de produção
- ☐ Outro:

Quando os respectivos elementos do imobilizado têm uma vida útil limitada, são amortizados de forma sistemática durante o período em que possam ser utilizados em condições de funcionamento económico? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quando se trata de activos do imobilizado obtido a título gratuito o critério de valorimetria aplicado é explicitado e justificado no anexo às demonstrações financeiras? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso de inventariação inicial de activos, cujos valores de aquisição ou de produção se desconheçam, a informação encontra-se identificada no anexo às demonstrações financeiras? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso de transferência de activos entre entidades abrangidas pelo Plano de Contas (desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no Plano de Contas), o valor que é atribuído é : *

assinale apenas a uma opção

- ☐ O valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem
- ☐ O valor acordado entre as partes
- ☐ O valor fixado no diploma que autorizou a transferência
- ☐ Seleccionado pelo órgão competente da Administração central
- ☐ Outro:

Assinale quais os critérios de valorimetria aplicados no reconhecimento das despesas com propriedade industrial e intelectual: *

- ☐ Custo de aquisição
- ☐ Custo de produção
- ☐ Outro:

As aplicações informáticas ou programas de computadores são registadas no activo imobilizado. *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso a entidade possua imobilizações do domínio público, assinale quais os critérios de valorimetria aplicados pela entidade no seu reconhecimento: *

- ☐ Custo de aquisição
- ☐ Custo de produção
- ☐ Não possui bens de domínio público
- ☐ Outro:

EXISTÊNCIAS *

Assinale quais os critérios de valorimetria aplicados no reconhecimento das existências aplicados na entidade

- ☐ Custo de aquisição
- ☐ Custo de produção
- ☐ Outro:

Assinale quais os critérios de valorimetria utilizados, quando o custo de aquisição ou o custo de produção das existências é superior ao preço de mercado à data do balanço de final do exercício *

- ☐ Custo de aquisição
- ☐ Custo de produção
- ☐ Preço de mercado
- ☐ Outro:

Assinale quais os métodos de custeio das saídas que são aplicados no cálculo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: *

- ☐ Custo específico
- ☐ Custo médio ponderado
- ☐ FIFO
- ☐ LIFO
- ☐ Custo padrão
- ☐ Outro:

TERCEIROS *

Os critérios de valorimetria previstos no Plano de Contas para transacções em moeda estrangeira são aplicadas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Perante riscos de cobrança, constituem-se ou reforçam-se provisões para cobranças duvidosas? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

DISPONIBILIDADE *

Os critérios de valorimetria previstos no Plano de Contas para tratamento dos valores detidos em moeda estrangeira são aplicados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Os títulos negociáveis são valorizados pelo seu custo de aquisição? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

No caso do valor de mercado de títulos negociáveis ser inferior ao valor de aquisição, os valores contabilísticos são reduzidos para o valor de mercado? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL *

Assinale as fases que são consideradas na contabilização da despesa pública:

- ☐ ☐ Cabimento
- ☐ ☐ Compromisso
- ☐ ☐ Processamento
- ☐ ☐ Autorização
- ☐ ☐ Pagamento
- ☐ ☐ Outro:

Assinale as fases que são consideradas na contabilização da receita pública : *

- ☐ ☐ Liquidação
- ☐ ☐ Recebimento
- ☐ ☐ Outro:

QUALIDADE DO RELATO FINANCEIRO *

Quanto ao relato financeiro, considera que a informação cumpre as seguintes características qualitativas :

- ☐ ☐ Identificabilidade
- ☐ ☐ Oportunidade
- ☐ ☐ Compreensibilidade
- ☐ ☐ Relevância
- ☐ ☐ Materialidade
- ☐ ☐ Razoabilidade
- ☐ ☐ Economicidade
- ☐ ☐ Neutralidade
- ☐ ☐ Objectividade
- ☐ ☐ Verificabilidade
- ☐ ☐ Outro:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Enviar

100% concluído.

Nunca envie senhas em Formulários Google.

Powered by

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Suporte ao leitor de tela ativado.

[Editar este formulário](#)